

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANTONIO FABIO ALVES FEITOSA

**SISTEMA CAPITALISTA X SERVIÇO SOCIAL: A contradição ideológica frente à
efetivação do Projeto Ético-Político Profissional mediante uma análise na política de
Assistência Social no Município de Juazeiro do Norte/CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

ANTONIO FABIO ALVES FEITOSA

SYSTEMA CAPITALISTA X SERVIÇO SOCIAL: A contradição ideológica frente à efetivação do Projeto Ético-Político Profissional mediante uma análise na política de Assistência Social no Município de Juazeiro do Norte/CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Ilicia Virina de Caldas

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

ANTONIO FABIO ALVES FEITOSA

**SISTEMA CAPITALISTA X SERVIÇO SOCIAL: A vertigem ideológica frente à
efetivação do Projeto Ético-Político Profissional mediante uma análise na prática da
Assistência Social no Município de Juazeiro do Norte-CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Banca Examinadora, como exigência para
a obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, pelo Centro Universitário Dr. Lauro
Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp.
Alexa Vieira de Caldas

Data de aprovação: 23/11/2018

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Esp. Alexa Vieira de Caldas
Orientadora


Prof. Esp. Paulo Sérgio Araújo
1º Examinador


Prof. Aldair Falcão Bezerra Monteiro
2º Examinador

Juazeiro do Norte - CE
2018

À Deus, que em sua divindade, me ilumina
nesta caminhada, me sustenta e me encoraja
a questionar realidades e buscar em mim um
mundo de possibilidades. A mim, que
fiz do meu verbo o seu verbo.

AGRADECIMENTOS

A vida é construída a partir de sonhos e idealizações, com isso, muitas vezes alcançamos o êxito, porém, também passamos por muitas frustrações. Dessa forma, é necessário agradecer àqueles que firmam peças fundamentais diante das conquistas, e a base de apoio para superação das decepções.

Agradeço principalmente e incessantemente a Deus, pois, diante das minhas crenças, este foi a base desta grande conquista. A cada provação vivenciada durante todo esse período de formação, seu nome foi o meu clamado, e este me proporcionou alcançar cada vitória.

Também agradeço a todos os meus familiares que contribuíram para minha formação, seja pelo apoio moral ou material. Porém, não poderia deixar de destacar acima de todos os demais, a minha mãe. Ela foi a que esteve mais próxima de mim, e compartilhou de cada conquista, me estendeu a sua mão nos momentos mais difíceis e me proporcionou superar meus próprios limites. Foram inúmeras a quantidade de vezes que tive vontade de desistir, porém, seu apoio me fez chegar até o final.

Também destaco a minha irmã Eliana, que sempre esteve tão próxima de mim. Durante todo esse tempo ela me ofereceu uma moradia, que foi fundamental nesse processo, pois, a distância entre minha casa e a faculdade era consideravelmente grande, com inúmeras dificuldades para o acesso entre ambas. No mais, ela não hesitou em me ajudar em cada situação que precisei.

As minhas grandes amigas, em destaque para Nelecia Brasil, que foi umas das melhores alunas que a faculdade me privilegiou. Com esta, não tive o receio de compartilhar cada momento bom ou ruim da minha vida. Também, ao meu amigo Anderson Brito, por todo o apoio e pela paciência de sempre, mesmo quando convidava para sair nos momentos que eu deveria estar produzindo este trabalho.

Não poderia deixar de mencionar Mariana Bastos, Shákiru Abreu, Karol Santos, Joyce Evelyn e Gabriela Carvalho. Um processo de formação não ocorre de forma individualizada, pois, existe uma relação de dependência entre os indivíduos que estão juntos numa comunidade. Com isso, estas contribuíram inúmeras vezes em cada momento que se exigiu uma assistência. Vale destacar também cada momento de aventura que tivemos a oportunidade de estar sempre juntos.

A todos os professores que participaram do meu processo de formação, sera razão. Foram estes que proporcionaram o desenvolvimento da meu senso crítico profissional. Cada relação das mesmas foram essenciais durante a minha vida acadêmica.

Destaco aqui a professora Lucina Vieira, minha orientadora do trabalho de conclusão de curso e também, preceptora de estágio. Esta foi essencial para a minha vivência acadêmica na prática, que é um passo tão importante para formação, além de todo o esforço e dedicação para que eu pudesse desenvolver um trabalho de excelente qualidade. Ressalto também a sua simplicidade de ter me dado a oportunidade de vivê-la como uma grande amiga, sem que tivesse uma relação hierarquizada.

Agradeço também ao Sistema do Proani que garantiu esta minha formação. Diante da situação de descaso causada pelo sistema capitalista, as políticas sociais educacionais são essenciais para que pessoas de baixa renda tenham acesso ao ensino superior. Sem essa bolsa disponibilizada pelo governo eu não teria as devidas condições financeiras de ingressar nessa graduação.

Sem scrúpulo de dívida, a vontade do capitalista consiste em cochet os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca de sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites.

Karl Marx

RESUMO

O sistema capitalista, em sua fase monopolista tem alterado drasticamente as relações sociais devido a sua lógica de desenvolvimento da capital. Isso tem imposto grandes desafios para efetivação do Serviço Social enquanto profissão. Diante disso, este trabalho objetiva analisar de forma crítica acerca das contradições existentes entre a ideologia capitalista e a profissão do Serviço Social na busca de efetivar os princípios do Projeto Ético-Político, além de discutir acerca das crises no sistema capitalista, compreender o processo histórico da institucionalização profissional até a construção do atual Projeto Ético-Político Profissional e correlacionar os desafios impostos pelo sistema capitalista diante da atuação profissional do Assistente Social. Como problema de pesquisa, tem-se o questionamento: De que modo a profissão do Serviço Social se limita na sua atuação desde a sua institucionalização? Para chegar a uma conclusão acerca desses objetivos, foi utilizado os meios metodológicos: bibliográfico, descritivo, explicativo, e a pesquisa de campo, baseando-se no materialismo histórico dialético, além da entrevista para obtenção dos dados que foi realizada com cinco Assistentes Sociais da Assistência Social do Município de Juazeiro do Norte-CE. O primeiro capítulo versa sobre das crises no capitalismo, o neoliberalismo e as políticas sociais. O segundo fala da trajetória do Serviço Social, do desenvolvimento da pesquisa na profissão e do Projeto Ético-Político Profissional. Já o terceiro traz uma análise do percurso metodológico, os aspectos da pesquisa por interpretações híbridas, além da análise da pesquisa. Diante de tudo, percebeu-se que a profissão sofre grandes desafios para efetivação do seu projeto profissional devido o sistema capitalista e que é necessário lutar incansavelmente para se efetivar nesses tempos adversos a sua prática.

Palavras-chaves: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Política Social. Sistema capitalista. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The capitalist system, in its monopolistic phase has drastically changed social relations due to its logic of capital development. This has imposed great challenges for the implementation of Social Work as a profession. This paper aims to critically analyze the contradictions between the capitalist ideology and the Social Service profession in the quest to implement the principles of the Ethical-Political Project, as well as to discuss the crises in the capitalist system, to understand the process history of professional institutionalization until the construction of the current Professional Ethical-Political Project and correlate the challenges imposed by the capitalist system with the professional work of the Social Worker. As a research problem, one has the question: How is the profession of Social service limited in its activities since its institutionalization? In order to reach a conclusion about these objectives, the methodological means were used: bibliographic, descriptive, explanatory, exploratory and field research, based on dialectical historical materialism, in addition to the interview to obtain the data that was carried out with five Social Assistants of the Social Assistance of the Municipality of Jazepam do Norte-CE. The first chapter deals with crises in capitalism, neoliberalism, and social policies. The second talks about the trajectory of Social Service, the development of research in the profession and the Ethical-Political Professional Project. The third part presents an analysis of the methodological course, the aspects of the research by playful interpretations, as well as the analysis of the research. In the face of everything, it was perceived that the profession suffers great challenges for the realization of its professional project due to the capitalist system and that it is necessary to fight tirelessly to become effective in these adverse times its practice.

Keywords: Social service. Ethical-Political Project. Social Policy. Capitalist system. Neoliberalism.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EAD - Ensino a Distância

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PBF - Programa Bolsa Família

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico I - Gênero	56
Gráfico II - Renda	57
Gráfico III - Nível de Escolaridade	58
Gráfico IV - Tempo de Formação Profissional	59

LISTA DE CHARGE

Charge I - Direitos Trabalhistas	51
Charge II - Direitos Sociais	52
Charge III - Capitalismo	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - SISTEMA CAPITALISTA EM CRISE: UM SINÔNIMO DE POLÍTICAS SOCIAIS FRAGILIZADAS	16
1.1 CRISES NO SISTEMA CAPITALISTA: UM DESAFIO PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS	16
1.2 O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO DIANTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS	20
1.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	24
CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO PROFISSIONAL: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO INTELECTUAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	31
2.1 A PESQUISA COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL: COMPREENDENDO O PROCESSO HISTÓRICO	31
2.2 OS REBATIMENTOS DA CRISE DO CAPITAL PARA O TRABALHO INTELECTUAL CONTEMPORÂNEO	37
2.2.1 A QUANTIDADE X QUALIDADE	39
2.3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: IDEALIZAÇÃO X REALIZAÇÃO	42
CAPÍTULO III - OS DESAFIOS PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA E DO SERVIÇO SOCIAL DE FRENTE AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	47
3.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	47
3.2 DESVELANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA POR INTERPRETAÇÕES LÚDICAS: A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	50
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: SERVIÇO SOCIAL X SISTEMA CAPITALISTA	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE (S)	75

INTRODUÇÃO

Expressar-se a respeito da profissão do Serviço Social é, sobretudo, fazer uma análise de todo o seu processo de institucionalização e entender as contradições que cercam a mesma. A partir desse estado crítico, pode-se pensar que, desde o seu surgimento, o Serviço Social é desafiado a estar frente as contradições existentes entre seus objetivos e os do sistema capitalista. Vale destacar que, em maior abrangência, os Assistentes Sociais trabalham para o Estado, tornando-se dependentes das condições que este oferece para que se possa viabilizar sua atuação.

Essa atuação baseia-se na inserção dos funcionários nas políticas sociais. Porém, sabe-se que essas políticas são atribuições Estaduais, com isso, as mesmas são formuladas em um contexto de contradições, entendendo que os Assistentes Sociais atuam para garantir e efetivação de direitos dos cidadãos, visando sempre a emancipação dos mesmos.

É notado que o Estado objetiva atender apenas os interesses do sistema capitalista que tem como lógica o desenvolvimento das taxas de lucro. Isso faz com que o mesmo despreze as necessidades da classe trabalhadora. Esta outra, sendo em vista a necessidade de aquisição de direitos, busca alcançá-los através de reivindicações (movimentos Sociais).

Nessa lógica, esses movimentos passam a representar uma ameaça para o desenvolvimento capitalista, com isso, o Estado no intuito de manter a ordem social acaba formulando políticas públicas. Porém, como estas surgem num contexto de contradições e representam um retrocesso para o desenvolvimento das taxas de lucro do capital, acabam sendo desenvolvidas de forma seletiva, focalizada e não emancipatória.

Foram todas essas inquietações que me despertaram a curiosidade de ir além e desenvolver a seguinte pesquisa desenvolvendo aspectos da temática, além de ter grande afinidade em estudar sobre o sistema capitalista e o Serviço Social. Outro fator que favoreceu a escolha do tema foi por já ter pesquisas relacionadas ao conteúdo.

Diante de todas essas percepções, torna-se necessário fazer uma discussão mais aprofundada sobre todos esses aspectos. Com isso, o seguinte trabalho tem como objetivo, analisar de forma crítica acerca das contradições existentes entre a ideologia capitalista e a profissão do Serviço Social na busca de efetivar os princípios do Projeto Ético-Político, além de discutir acerca das crises, apontando as suas propostas de superação como desafio para efetivação das políticas sociais, compreender o processo histórico da institucionalização profissional até a construção do atual Projeto Ético-Político Profissional e continuar os

desafios impostos pelo sistema capitalista diante da atuação profissional do Assistente Social.

Para alcançar tais objetivos, utilizou-se dos meios de pesquisa, bibliográfica, descritiva, explicativa, e a pesquisa de campo, tendo um caráter qualitativo baseado no materialismo histórico dialético. Os meios que dão viabilidade a pesquisa são artigos, livros, sites, revistas e a entrevista estruturada com profissionais da área do Serviço Social na área da Assistência Social do município de Juazeiro do Norte-CE. Estes meios foram escolhidos com intencionalidade de desvelar acerca da realidade em que a profissão do Serviço Social se insere, compreender o processo histórico em que esta se desenvolve até os dias atuais, além de destacar os agentes causadores dos desafios para atuação profissional e a efetivação do Projeto Ético-Político da mesma.

A pesquisa se divide em três capítulos que trazem discussões sobre a temática. Assim, o primeiro capítulo discute acerca das crises econômicas, pois, estas tem se imposto como principal desafio para a criação, ampliação e efetivação de direitos. Fala ainda dos rebatimentos que estas proporcionam na sociedade, dando enfoque a reforma neoliberal que alterou drasticamente as relações sociais a partir das destruições de direitos. E por fim, foi discutido acerca das políticas sociais como instrumento para atuação do Assistente Social.

No segundo capítulo, traz uma abordagem acerca do processo histórico da profissão, desde a sua institucionalização, passando pelo movimento de reconstituição, até chegar na contemporaneidade. Destaca acerca da produção de conhecimento como agente de vital importância para formação profissional e os desafios que são encontrados durante esse processo. O mesmo ainda reforça sua discussão com uma análise acerca do Projeto Ético-Político.

Já o capítulo três traz o delineamento da pesquisa, mostrando como se deu todo o seu processo. Faz uma discussão de forma lúdica sobre a temática do referido trabalho e por fim, traz a análise detalhada da coleta de dados, onde é exposto os resultados da pesquisa com interface de discussão de outros autores.

CAPÍTULO I - SISTEMA CAPITALISTA EM CRISE: UM SINÓNIMO DE POLÍTICAS SOCIAIS FRAGILIZADAS

O presente capítulo traz uma abordagem acerca das crises económicas, pois, estas tem se imposto na sociedade como principal desafio para a criação, ampliação e efetivação de direitos. Vale destacar que alguns autores apontam esse desafio como estratégia do próprio Estado para favorecer a obtenção de lucros.

Além dessa discussão acerca das crises económicas, o capítulo traz ainda uma abordagem acerca dos reajustamentos que são causados na sociedade a partir das crises, uma vez que, para superar esse impasse, uma série de ajustes são lançados como estratégia de enfrentamento, com destaque da política neoliberal que foi um grande marco no que se diz respeito ao declínio das políticas sociais.

Por fim, ainda foi discutido acerca das políticas sociais como instrumento para atuação do Assistente Social. Estas foram uma grande conquista que se deu a partir do processo de luta da sociedade civil, porém apresentam-se como desafio para sua efetivação devido os obstáculos ocasionados na contemporaneidade.

1.1 CRISES NO SISTEMA CAPITALISTA: UM DESAFIO PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Para discutir sobre crise do capitalismo, devemos analisar que esse não é um assunto recente, nem demasiado novo na sociedade em que vivemos, uma vez que ao longo da história a partir de seu surgimento, tem enfrentado repetidas crises. Essas crises sempre são solucionadas por um conjunto de medidas intervencionistas que levaram à retomada da expansão, ainda que, por meio de estratégias violentas como as grandes guerras mundiais.

Principamente é necessário entender que o capitalismo surgiu como um sistema económico que se caracteriza pela apropriação da propriedade privada, com a livre concorrência entre empresas. Dessa forma, são essas empresas que passam a ter domínio da economia. Como principal característica, destaca-se a constante busca da classe dirigente pelo lucro e o acúmulo de riquezas, já que os meios de produção pertencem a entidades privadas. Outra característica dele é a economia descentralizada (MOTA, 1996).

A partir da revolução capitalista que se generaliza o trabalho assalariado, o lucro se torna o objetivo da atividade econômica, e a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a necessariamente ocorrer. (...) O desenvolvimento econômico é um processo auto-automatizado de elevação dos padrões de vida ou de aumento do bem-estar material, que não é necessariamente acompanhado por diminuição da desigualdade, nem é auto-sustentável do ponto de vista ambiental, mas passa a ocorrer necessariamente porque a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico passa a ser condição de sobrevivência das empresas. (...) (FERREIRA, 2011, p. 8).

Dessa forma, ao decorrer do seu desenvolvimento ele foi ganhando força através das vocas essenciais. Ao longo de sua história passou por diversas mudanças para se adaptar ao período de desenvolvimento. Assim, essas mudanças provocaram vários rumos na sociedade e na vida dos trabalhadores.

O que marca o grande desequilíbrio social dentro desse sistema é a sua transição para o capitalismo industrial que ocorre nos períodos finais do século XVIII para o início do século XIX. Com o surgimento da indústria e da máquina a economia passou a estar centrada na produção industrial, assim, aos poucos, a maior parte dos trabalhadores passaram do setor primário da economia para o setor secundário que transforma a matéria prima extraída do setor primário através das máquinas. Nesse contexto ocorre um fator que ficou conhecido como a revolução industrial. É nesse momento que a grande administração toma um maior domínio do comércio devido a sua produção em massa, atingindo toda a população. Foi esse grande domínio sobre a produção industrial que também ocasionou várias crises econômicas (MOTA, 1996).

Essa gerou vários problemas sociais, uma vez que a transição da população do setor primário para o secundário gerou um processo chamado de êxodo rural, quando as cidades se industrializavam com novas fábricas e empresas, aumentando a oferta de trabalho e atraindo os moradores do campo para a cidade. Porém, o número de trabalhadores superava o número de vagas em oferta. Muitos acabaram instalando-se nas regiões periféricas, lugares carentes em diversos aspectos, o que ocasionou um aumento significativo nas desigualdades sociais e várias outras expressões da "Questão Social"¹.

Durante essa nova fase do capitalismo industrial, nem sempre ele esteve no seu auge com elevadas taxas de lucro. A característica deste modelo era a produção em massa, com isso, por vários períodos a população não conseguia acompanhar esse crescimento, gerando

¹ Não é todo o exposto do processo de formação do desenvolvimento da classe operária e de sua luta no

crises de reprodução. Várias autores consideram essas crises bastante contraditórias, pois, poderia ser uma estratégia do próprio capital para favorecer o seu desenvolvimento.

Nas últimas anos, mais especificamente a partir da década de 1970, o mundo passou a perceber mais uma crise do sistema de produção capitalista. Essa crise de acumulação de capital apresenta uma perspectiva de crise estrutural. Essa não significa um sinal de esgotamento do capital e do capitalismo, pois, vale destacar que essas crises no sistema são produzidas pelo próprio capital com objetivo de destruir os capitais mais fracos e enfraquecer o poder de resistência dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2009).

O modelo fordista-keynesiano que foram os grandes responsáveis pela grande expansão do capitalismo no pós-guerra durante o período desenvolvimentista passa a atingir limites no começo da década de 1970. Para tanto, tensionados com o novo quadro que é apresentado, o capital monopolista mergulha-se em uma série de ajustes, principalmente nos anos 1980 e 1990, onde uma série de transformações sócio-históricas afeta das mais diversas formas a estrutura social (ANTUNES, 1998).

Devido às novas condições que são postas pela desconstrução uma de lado e a necessidade do capitalismo monopolista em enfrentar essa contradição, ocorrem transformações no mundo do trabalho que altera as relações entre Estado e sociedade. Com isso, ocorre uma ampla repressão na âmbito das políticas públicas, devido à grande regressão dos direitos sociais.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista mergulha numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias socialistas passaram a ganhar terreno. As crises da crise, alternavam Hoxha e seus companheiros, estavam localizadas no poder executivo e selado dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia crescido as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão por vezes para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 2003, p. 10).

Fica evidente que o foco principal para superar as crises está diretamente relacionada a relação dos direitos sociais, salários e acesso dos cidadãos as políticas públicas, pois, segundo a lógica de mercado, essas são apenas gastos público sem retorno financeiro para o mercado, onde as empresas são firmadas apenas para manter o controle social dos cidadãos que reivindicam através dos movimentos sociais com apoio dos sindicatos.

Tendo em vista que a crise que assolava o país no pós guerra era uma consequência dos gastos públicos, a retomada da expansão deveria ser analisada a partir da redução de gastos no setor social. É a partir daí que as mudanças começam a ser implementadas.

Na tentativa do capital em repor o seu ciclo de produção e reprodução para recuperar seu projeto de dominação social, já que teve um grande enfraquecimento dos modelos fordista-keynesiano, emerge o toyotismo, difundido pelo mundo a partir da década de 1970. A característica principal desse modelo é a flexibilização da produção. Diferentemente do modelo fordista que tinha como princípio a máxima acumulação de estoques, o modelo toyotista pautava pela produção de acordo com as demandas da necessidade, ou seja, quando a procura por uma determinada mercadoria é grande, a produção aumenta, mas quando essa procura é menor, a produção diminui proporcionalmente (ANTUNES, 2006).

Com a adoção desse modelo, uma série transformações afeta drasticamente o mundo do trabalho e consequentemente a classe trabalhadora, pois ocorre a diminuição da oferta de empregos, haja vista que o processo de trabalho também se flexibiliza e, ao longo do processo produtivo, um mesmo trabalhador realiza diversas funções, diferentemente do fordismo em que o trabalho era mecânico e repetitivo. Isso serviu para ampliar o desemprego no setor secundário da economia (que é o setor das indústrias) e transferir a mão de obra para o setor terciário (o setor de serviços), onde os empregos se concentram mais na distribuição de mercadorias do que propriamente em sua produção.

Diante desse cenário de regressão da força de trabalho e desmonte das políticas sociais, a ideologia neoliberal² ganha força. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, não diferem dos fundamentos da proposta neoliberal, com a seus impactos políticos, propõe uma reorganização da produção, nas relações contratuais de trabalho, na gestão da indústria e na comercialização.

O paradigma neoliberal em suas estratégias de manutenção do poder vigente acaba restringido drasticamente o acesso do cidadão às políticas sociais, e passando, na maioria das vezes, sua responsabilidade de atendimento para o terceiro setor. "A lógica geral passa a ser algo como: (a) estatal-gestão-precário; (b) privado-mercantil-bom qualidade e (c) filantrópico-voluntário-qualidade quantificável (e virtual ausência de controles)".

² [...] Os ajuste neoliberais, além de interferir na reprodução dos pressupostos históricos de dominação, interferem substancialmente a liberdade do capital: liberdade de movimento para o capital financeiro, para a desregulamentação das economias e dos direitos dos trabalhadores, entre outros. Assim o Estado é "reformado" para que possa continuar funcional às necessidades da nova fase de "acumulação flexível". Estado mínimo para o capital, mas vez que, malgrado sua "redução" o Estado continua intervenido para garantir as condições mais propícias à extração de mais-valia (SANTOS, 2007, pag. 20).

(YAMAMOTO, 2007, pag. 33).

A partir desse processo de avanços e regressão, fica evidente o grande desafio para efetivação dos direitos dentro da sociedade capitalista, uma vez que o mesmo encontra-se bastante fragilizado devido às transformações que vem ocorrendo.

1.2 O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO DIANTE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A consolidação de direitos enquanto políticas sociais e públicas se configuram como grande avanço na sociedade brasileira já que estas foram conseqüências de um grande processo de lutas marcado pela repressiva do Estado e resistência da classe trabalhadora, que unidas aos movimentos sociais, foram alcançando sistemas de proteção para os vários grupos das minorias sociais.

Porém, apesar das grandes conquistas, é necessário destacar que vivemos em uma sociedade onde o Estado, que deveria ser a entidade administrativa responsável por atender os anseios da população, intervindo como agente regulamentador de toda vida social, política e econômica do país, garantindo serviços públicos e proteção à toda a população, como saúde, educação, previdência, seguro desemprego, subsídios, dentre outros, apresenta-se como um complexo amparado de direitos com a sua atuação minimalista, sendo cada vez mais nítida a compreensão de que este visa atender apenas os anseios da classe burguesa para favorecer o desenvolvimento das taxas de lucro dentro do sistema capitalista.

Como foi possível perceber na discussão anterior, a história do Brasil é marcada por um histórico de crises cíclicas de contradições. Na tentativa de superar essas crises, uma série de reajustes é lançada na sociedade. É a partir dessa perspectiva que surge o neoliberalismo como estratégia política e econômica de retomar a grande expansão nas taxas de lucro.

Segundo SANTOS, (2007), nas últimas décadas do século XX o capitalismo passou a enfrentar vários problemas econômicos devido a decadência do modelo fordista que foi uma grande fonte de expansão capitalista durante o período de Bem Estar Social vivenciado no pós Segunda Guerra Mundial. Com essa decrescente taxa de lucro, foi iniciado um movimento em busca da retomada do crescimento econômico em que uma das "medidas" apontadas pela classe hegemônica tem por base o neoliberalismo.

A lógica neoliberal é uma estratégia que atende com intensidade a perspectiva de mercado, pois o mesmo objetiva estimular o desenvolvimento econômico com ênfase

principal de não ter a interferência do Estado na economia. Para os neoliberais, o livre mercado garantiria o crescimento e o desenvolvimento social do país.

Embora este seja no Brasil para tentar reverter a situação que foi fragilizada a partir da crise estrutural da década de 1970, o neoliberalismo é uma estratégia governamental com uma nova roupagem de um modelo antigo que se propagou por muito tempo. Entender o neoliberalismo é preciso, inicialmente, entender o liberalismo clássico e o que o mesmo propõe.

Segundo MORAES, (2001), tomando um conceito de Adam Smith, o mundo seria mais justo e produtivo se existisse a livre iniciativa de mercado sem uma forte intervenção do Estado como regulador dos monopólios. A privatização das atividades econômicas favoreceria o desenvolvimento dos interesses próprios e revelaria de modo espontâneo as necessidades de cada um, induzindo a conversão do seu capital em interesses de toda a sociedade. O mercado seria o melhor caminho para o desenvolvimento da riqueza, já o Estado, na visão liberal, seria o inimigo do progresso.

É a partir dos problemas econômicos ocasionados pela crise estrutural que foram estabelecidas as condições ideais para a implementação das bases neoliberais propostas no liberalismo.

(...) todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, caracterizada, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, todos todos. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. (ANDERSON, 1995, p.10)

Se as taxas de lucro estavam caindo, era necessário buscar estratégias para reverter esse quadro de crises. O liberalismo prega que a interferência estatal na economia desfavorece o seu crescimento, pois foi um possível motivo para uma decadência seria os investimentos públicos e as reivindicações sindicais. Dessa forma, os requisitos são implementados na sociedade através de um novo liberalismo.

Dentre as principais características lançadas por esse modelo, tem-se a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, política de privatização de empresas estatais, livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, abertura da economia para a entrada de multinacionais, desburocratização do estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas, abertura da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico, a base da economia deve ser formada por empresas privadas, a defesa dos princípios econômicos da

capitalismo e a redução progressiva dos gastos públicos nas áreas sociais como: saúde, educação, previdência, assistência aos trabalhadores e dentre outras.

O conjunto de medidas dessa ordem quando implementadas visam, de um lado, a diminuição da participação do Estado com o agente produtivo e regulamentador da economia na promoção do Estado de bem-estar e, por outro lado, a transferência de recursos financeiros para o Estado a serem usados para atividades produtivas e/ou investimentos que beneficiem e ampliem a participação das empresas na economia, como também o aparelhamento e diversificação dos meios políticos e militares, a fim de que possam "melhor enfrentar" o grande contingente de desempregados e insatisfeitos que surgem, principalmente os organizados via sindicatos e outras entidades civis, e até os movimentos espalhados de firmas "desorganizadas" (mas não menos insatisfeitos e inquietos). Observa-se uma clara e insuperável tendência no plano político, acirrada pela política econômica neoliberal, acentuando-se, proporcionalmente, a desigualdade (...) (CURQUEIRA, 2008, pag. 174)

Se todas essas mudanças eram as ideias para o desenvolvimento capitalista, por outro lado, foi a grande onda devastadora dos direitos sociais e do aumento das desigualdades e da pobreza. Com a atuação minimalista do Estado, os cidadãos passaram a ficar desprovidos de políticas públicas e sociais para atender as suas necessidades. O acesso ficou cada vez mais restrito, pois a demanda passou a aumentar e a oferta passou a diminuir.

A crise do Estado de Bem-Estar Social fez com que a sociedade procurasse novas estratégias para responder às demandas da população por bens e serviços cujo provimento era visto como dever estatal. É nesse cenário que emerge a figura do terceiro setor como novo protagonista na sociedade para designar o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro. Vale lembrar que o primeiro setor é o Estado e o segundo setor é o mercado (LEITE, 2003).

A introdução do terceiro setor foi uma grande conquista da sociedade civil, já que o mesmo surge com objetivo de superar a pobreza, porém, as demandas sociais são muito complexas na sociedade, dessa forma, o atendimento fica bastante seletivo, uma vez que essa nova entidade não consegue atender todas as necessidades da população. Apenas o Estado tem a plena capacidade de cumprir com o papel de garantir em total amplitude os direitos dos cidadãos, porém, este é um grande desafio para a sociedade já que o terceiro segue apenas a lógica capitalista que se apresenta de forma totalmente oposta aos direitos sociais.

Diante de tanta problemática, nota-se um grande agravamento das expressões da "Questão Social" se dá pela relação Capital x Trabalho, sendo que suas expressões surgem

justamento dos problemas ocasionados pelo sistema capitalista. Dessa forma, associar os deturpados ocasionados pelo neoliberalismo com esse termo faz total sentido. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

A única maneira de reverter esse quadro de terrores e desconfortos é a partir das lutas sociais, guiada pelas formas de participação³, pois fazem a partir dessas que se dá o processo de construção de direitos. A participação popular, através do controle social foi e tem sido a forma de impor ao Estado um posicionamento em favor da sociedade. Se existe o controle social do Estado sobre a sociedade, analisando pelo lado da teoria política, pode-se perceber uma contraposição, pois tanto pode apresentar como uma forma de controle da sociedade sobre a população, quanto também o controle de determinado grupo da sociedade sobre as ações do Estado.

TEIXEIRA, (2009) destaca que a participação social se dá a partir de um conflito de interesses gerado pelo antagonismo das classes. Enquanto parte da sociedade luta para assegurar ao Estado a consolidação de seus interesses, esta entidade mostra-se bastante resistente para consolidá-los. A autora ainda destaca que a participação é um ato de compartilhar decisões, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, dessa forma, esta não pode ocorrer de forma silenciosa, pois a mesma deve ter metas e objetivos com relação ao que está sendo proposto.

Fica claro que a participação popular vem sendo o exercício pleno da cidadania, vista como uma possibilidade dos indivíduos intervir nas decisões sócio-políticas da sociedade, objetivando a harmonia e o bem estar social. A participação popular é um importante instrumento na concretização e efetivação da democracia. Ela visa estabelecer uma relação entre o Estado e a sociedade civil.

Participar ativamente e de forma consciente nas decisões que envolvem a busca por direitos, buscando uma influência no envolvimento de organizações da comunidade e da sociedade pode ocorrer uma transformação e ampliação das possibilidades de acesso para aqueles que lutam por melhores condições e igualdade, onde possa se ver um desenvolvimento da sociedade civil e também um fortalecimento das instituições democráticas.

³ A participação pode assim ser entendida como uma forma na qual os indivíduos se descobrem como sujeitos políticos capazes de promover mudanças e compô-las na sociedade, ela está diretamente ligada à consciência dos cidadãos e cidadãos que exercem a partir de sua cidadania os seus direitos civis e políticos. As formas de participação podem ser apresentadas ao longo dos estudos de três maneiras: participação comunitária, participação popular e participação social. (SOUZA, apud SALES; MATOS; LEAL, 2011)

1.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Falar da atuação do Assistente Social é, sobretudo, destacar a gestão das políticas sociais e públicas já que estas são a base para o exercício profissional, tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão que atua para garantia e efetivação de direitos, sendo que esta garantia se dá pela inserção dos usuários nas diversas políticas existentes, além de estar inserida nos movimentos sociais lutando para criação de novas políticas.

Segundo LAMAMOTO (2011), a atuação do Assistente Social tem sua intervenção sócio-política e profissional voltada para implementação, formulação e gestão das políticas sociais, já que este é tido como profissional da participação, exercendo como partilhamento de decisões, de poder. A autora ainda afirma:

Que os profissionais contribuem ao socializarem informações que subsidiam a formulação/gestão de políticas e o acesso a direitos sociais, ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando o acesso a informações a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade. (LAMAMOTO 2011 p.69).

Nesse sentido, torna-se necessário entender o contexto em que estas políticas surgem, em que circunstâncias o Assistente Social foi instituído para atuar frente as mesmas, o que elas objetivam e como o profissional do Serviço Social deve trabalhar para atender as premissas que são requisitadas, isto é, para compreender a atuação do Assistente Social nas políticas sociais, primeiro faz-se necessário entender o contexto sócio-histórico de formação da profissão e seus desdobramentos com a conjuntura social e política do país.

O surgimento do Serviço Social no Brasil está diretamente interligado com as grandes mobilizações da classe trabalhadora que estavam lutando por melhores condições sociais. A mesma exigia a atuação do Estado frente às reivindicações da "Questão Social" que estava em grande evidência na época. Sua institucionalização está inserida nas décadas de 1930 e 1940. Um dos principais agravantes que favorece esse processo de desigualdades é a transição do capitalismo concorrencial⁴ para a fase monopolista⁵ (SILVA, SILVA, JÚNIOR,

⁴ Capitalismo concorrencial foi a fase do capitalismo que teve início com o aperfeiçoamento de máquinas movidas por energia não-humana. Iniciou-se no Inglaterra com a máquina a vapor, por volta de 1740 e finda com o início dos monopólios (BEHRING, 2009, pag.37).

2006).

Percebe-se que, devido ao agravamento das condições da "Questão Social" e concomitantemente o aumento das desigualdades, a classe trabalhadora começa a reivindicar. Tentando com o novo quadro, o Estado decide intervir nessas expressões com um intuito de controle para que esta classe não intervina nas ações estatais. São esses conflitos que marcam a implementação das políticas sociais com objetivo de satisfazer algumas necessidades daquela classe que lutava por melhorias sociais.

Nessa mesma lógica, FORTI, (2013) afirma que,

Nãoo trata a existência de(s) política(s) como elemento funcional, estratégico de ordem monopolista, por constituir(em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as "novas" configurações dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela consequente conformação política dos movimentos operários - mecanismo tomado como eficiente para apaziguar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem socialista estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da "Questão Social" (FORTI, 2013, p. 51).

Dessa forma, nota-se que as políticas sociais vão se constituindo a partir de estratégias fundamentais do Estado como forma de enfrentamento das manifestações da "Questão Social" na sociedade capitalista atual. Nesse sentido, o Serviço Social como profissão responsável pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora vem para atuar frente a essas políticas. Com isso, é possível perceber a grande importância que marca o início da profissão no encaminhamento das políticas (PLANA, 2009).

Apesar dessas contradições existentes no que se refere a criação, ampliação e efetivação das políticas sociais, as mesmas se apresentam como uma grande conquista marcada pelas lutas da classe trabalhadora que passaram a reivindicar por melhores condições de trabalho. Dessa forma, fica clara a grande importância das lutas sociais para que a conquista de direitos possa ser alcançada de forma progressiva.

Segundo SARAMAGO, (2009), o período que vai de meados do século XIX até a década de 1900 foi marcado pelo ideal liberal que tinha como característica a intervenção

² O capitalismo monopolista é resultado de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, o que, ao alcançar um certo nível de desenvolvimento, ocasiona a criação - como só empresa - de tipos diferentes entre indústrias e serviços. Criam-se, portanto, os monopólios. O argumento dos monopólios é uma lei geral que identifica o chamado estágio superior do capitalismo, ou melhor, o imperialismo como fase superior do desenvolvimento capitalista mundial (SEVER, 2013, pag. 110).

mínima do Estado, objetivando apenas o desenvolvimento econômico. Mediante esses princípios liberais assumidos pelo Estado capitalista, o enfrentamento da "Questão Social", neste período, foi sobretudo repressivo, e seguido de algumas mudanças reivindicadas pela classe trabalhadora. Assim as primeiras ações de políticas sociais ocorrerão na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Após este período, a conquista de direitos foi surgindo de forma gradativa a partir da luta da classe operária pela emancipação humana.

Levando em consideração o contexto mundial, as políticas sociais se constituíram em três fases diferentes. Elas surgem no capitalismo com as mobilizações operárias durante a revolução industrial. Se institucionalizam no período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, sendo que nesta fase, os países capitalistas avançados viveram o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State)⁹, onde ocorreu o grande avanço no que se refere a ascensão das políticas sociais, garantindo aos cidadãos as melhores condições sociais e o pleno emprego. E por último, ocorre um retrocesso dessas políticas após o fim do Estado de Bem-Estar Social, devido à crise estrutural que surge na década de 1970, onde foram lançadas uma série de reformas, com destaque do neoliberalismo que restringiu o acesso da população aos direitos sociais (PIANA, 2009).

Vale destacar que o Brasil viveu apenas reflexos do Estado de Bem-Estar Social em consequência do desenvolvimento tardio, que são reflexos do processo de colonização. As políticas só começam a surgir aqui na primeira fase do século XX, período em que os países de capitalismo avançado já estavam prontos a viver a ascensão social, dessa forma, as políticas que vão surgindo no Brasil nesta época ainda ocorrem de forma bastante fragmentada. É importante ressaltar que o "Welfare State" é o principal agente de proteção social para a garantia da efetivação e ampliação dos direitos.

Segundo AUGUSTO, (2011), no contexto brasileiro, as políticas começaram a surgir na primeira metade do século XX. É no governo de Getúlio Vargas que são instituídas vários direitos sociais e, embora algumas políticas criadas nesse período tivessem um caráter emergencial para apaziguar os conflitos gerados pela disputa de classes, a em Vargas (1930 a 1945) foi um marco no que se refere à conquista de direitos. A autora ainda afirma que nesse

⁹ Segundo a literatura especializada, foram três os pilares do Estado de Bem-Estar Social e das políticas sociais correspondentes, no seu período de ouro, 1945 a 1973: 1. o pleno emprego (massaculoso), respaldado na propriedade econômica de pós-guerra, na doutrina keynesiana e no corporativismo corporativo de seguridade social; 2. a universalização dos serviços sociais, visando atingir a todos indistintamente, de forma incondicional; e 3. a universalização social como forma de proteção, cuja principal função seria a de impedir que segmentos sociais menos vulneráveis sucumbissem para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade (PEREIRA, 2006, pg.55).

período foi criada uma constituição que assegurava direitos sociais aos cidadãos.

A constituição de 1934 trouxe a criação do salário mínimo, ocorreu também a consolidação das leis do trabalho, dando ao povo um passo de dignidade até o momento tão desconhecido. De 1945 em diante os direitos políticos ganharam força e movimento nas organizações populares, nos sindicatos. Nos anos que se seguiram veio a declaração universal dos direitos humanos, os direitos sociais, políticos e civis que foram se consolidando ao decorrer da história (AUGUSTO, 2011, p. 02).

Logo após esse período vem a ditadura militar entre as décadas de 1960 e 1980 que foi um grande retrocesso dos direitos, pois foi um período de repressão. (MEDIROS, 2013, pag. 05) afirma que "a ditadura se caracterizou pela censura, ausência de eleições, controle do Congresso Nacional pelo poder militar, estado de exceção e repressão violenta aos que se apresentavam como opositores".

Com isso, pode-se perceber que esse período foi uma afronta à democracia, pois, os direitos que haviam sido conquistados passaram a retroceder com a repressão da ditadura. Aquelas direitos políticos, sociais e civis que haviam sido conquistados, assim como a liberdade de se expressar através dos movimentos sociais ficaram oprimidos pela repressão do poder vigente.

Logo após o fim da ditadura, o ano de 1988 é destacado como marco de conquista dos direitos sociais, pois é neste período que promulgada a Constituição Federal. Esta vem para fortalecer a democracia através da garantia e consolidação de direitos para os diversos segmentos da sociedade. Até os dias atuais, esta é considerada a maior conquista dos cidadãos brasileiros.

No seu art. 3º, a mesma afirma:

Constituintes objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, p. 09).

Ainda no seu artigo 6º, foi decretado que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

(BRASIL, 1988, p. 11).

Com isso, é indiscutível a grande importância dessa constituição para os cidadãos brasileiros, já que a mesma veio para assegurar direitos fundamentais para todos, entretanto, tendo em vista o processo histórico da construção de direitos e as suas contradições, o que passa a estar em destaque é a concretização de todos os preceitos que a mesma instaura.

Como foi citada anteriormente, na década de 1990 é lançada uma política que adentra como desafio para concretização dos direitos sociais. Vários reajustes são lançados e as políticas novamente vão se fragmentando e voltando a ficar bastante seletivas.

Tendo em vista toda esse cenário de políticas sociais, pode-se destacar a institucionalização do Serviço Social. São a partir do conjunto dos processos econômicos, sociais, políticos e teórico-culturais na fase transpública do capital que surge a profissão inserida na divisão social (e técnica) do trabalho. "O processo de instauração do Serviço Social baseia-se nas modalidades de intervenção do Estado burguês na Questão Social, tipificadas nas políticas sociais" (BISPO, 2009, p. 08). Da mesma forma em que as políticas surgem num contexto contraditório, com objetivo apenas de apaziguar os conflitos que estavam sendo gerado pela classe trabalhadora, o Serviço Social também se institucionaliza para atender indistintamente aos interesses do Estado. Isso passa a ser um agente executor das políticas sociais, porém, com intuito meramente caritativo (BISPO, 2009).

A partir disso, pode-se pensar que o início da profissão é marcada por um ideal totalmente oposto aos atuais. Sua atuação estava apenas para atender os interesses do capital, apaziguando as lutas das misérias. O Assistente Social é um profissional que deve trabalhar para garantir a efetivação de direitos. Dessa forma, fica clara a necessidade de uma grande mudança nos preceitos que antes estavam aderidos na categoria.

As funções desempenhadas pelo Assistente Social até meados da década de 1960 tinham um caráter totalmente conservador, dessa forma, sua atuação era totalmente imediatista. Nesse aspecto, alguns acontecimentos gerais pelo período desenvolvimentista na década de 1950 fez com que parte da categoria passasse a questionar sua atuação. Foi a partir desse período que começa um intenso processo de mudança, com objetivo que reconceituar a profissão. Esse movimento conhecido como reconceitualização da profissão passou por várias fases entre as décadas de 1960 até meados da década de 1990 para mudar totalmente os seus princípios (MOTO, NOGUEIRA, 2013).

Diante de tais aspectos, nota-se que a reconceitualização foi essencial para mudar a política profissional, visto que, a partir disso, a categoria passa a ter uma visão crítica sobre a sociedade, atuando com comprometimento e visando uma mudança na vida dos usuários de Serviço

que estes tenham seus direitos assegurados.

É a partir dessas mudanças que é instituído o atual código de ética da profissão, a lei de regulamentação e um Projeto Ético-Político voltado para emancipação dos sujeitos. Nesse contexto, uma das competências do Assistente Social é elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares (BRASIL, 2011).

Tendo em vista o exposto, é evidente que o Assistente Social é um profissional que deve atuar diretamente frente as políticas sociais com objetivo de viabilizar os direitos dos usuários. Seu comprometimento com o Projeto Ético-Político é o que vai nortear a sua prática e, como tal, é de grande necessidade que os profissionais tenham total conhecimento do mesmo para não recorrer o espírito de restaurar o conservadurismo que sempre esteve presente na profissão.

As mudanças que ocorreram em meados da década de 1990 impõem grandes desafios para sua atuação, já que ocorre um intenso desmonte dos direitos. Essas transformações que se apresentam são identificadas como adversas aos princípios do Projeto Ético-Político profissional, pois, se mantem então em concordância com as respostas para a crise de acumulação que o país estava vivenciando. Mesmo a conquista de a Constituição Federal ser recente, os direitos previstos instituídos na mesma já passam a sinalizar limites na concretização (NETTO, 2009).

"Essa conjuntura marcada pela ofensiva do capital, expressa na acumulação flexível e na política neoliberal, que ganha materialidade no país na década de noventa, representou reflexões na sociedade brasileira do ponto de vista econômico, político e social" (PAZ; SITCOVSKY, 2015, p. 04). Ainda nessa lógica de mudanças, a reforma no ensino superior também ameaça o projeto profissional por se apresentar como favorável para o desenvolvimento do capital. Esta passa a comprometer o processo de formação profissional, pois não cumpre com totalidade as diretrizes curriculares determinadas pela ABEPSS (PAZ; SITCOVSKY, 2015).

Com todo esse exposto, nota-se que o Serviço Social é desafiado a ser um profissional propositivo e interventivo, para que não retroceda ao equívoco de restaurar o conservadurismo atuando de acordo com toda essa lógica capitalista. Isto passa a ser dar com os elementos dos direitos sociais e, consequentemente, o aumento das desigualdades sociais, agravando as expressões da "Questão Social".

Outro aspecto que a categoria deve buscar superar é a questão da fragilidade na formação, sendo que os formandos ficam responsáveis por lealdades das estruturas institucionais,

buscando realizar pesquisas a respeito do processo histórico que a profissão se institucionaliza e se desenvolve. Só a partir desses aspectos que a categoria poderá efetivar os princípios instituídos no projeto profissional.

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO PROFISSIONAL: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO INTELECTUAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Para falar de atuação profissional do Assistente Social é de extrema importância fazer uma análise do processo de institucionalização da profissão. Dessa forma, o seguinte capítulo possui uma abordagem acerca do processo histórico em que esta se desenvolve desde a sua institucionalização, passando pelo momento de reconstrução, até chegar na contemporaneidade. Destaca também acerca dos desafios impostos na profissão ao longo de sua trajetória. E por fim, faz uma análise acerca do processo de construção e desconstrução do seu Projeto Ético-Político, deixando clara o que o mesmo objetiva, e como é desafiado para se concretizar na prática profissional.

2.1 A PESQUISA COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL: COMPREENDENDO O PROCESSO HISTÓRICO

Analisar a pesquisa no Serviço Social é de extrema importância já que a mesma vem sendo fruto de amplas discussões dentro da categoria, visto que estabelecer, para formar profissionais críticos não deve-se analisar apenas o presentismo prático, mas, foi necessário conhecer todo o processo histórico da formação profissional. Dessa forma, para pôr em relevância à pesquisa e a produção do conhecimento em Serviço Social, faz-se necessário resgatar o processo histórico da produção de conhecimento que sofreu grandes transformações desde o surgimento da categoria.

O Serviço Social surge como profissão em plena fase do capitalismo monopolista marcado por um profundo conservadorismo, tendo em vista princípios de regulação social liberal e ciências aplicadas de acordo com o Estado e sua ideologia voltada para a lógica de manter o ciclo de produção e reprodução social. Vale destacar que sua institucionalização também teve forte influência do catolicismo. Para a igreja, o objetivo era resgatar a hegemonia católica diante das classes subalternas e às famílias operárias sob influências de ideias comunistas (JANN, 2011).

Fazer um estudo do processo histórico de institucionalização da profissão é entender que esta surge com uma ideologia totalmente oposta aos princípios definidos no atual Projeto Ético-Político. Atuar com objetivo de favorecer o desenvolvimento do capital é negar

o sentido da emancipação humana, já que o capitalismo restringe o princípio da liberdade dos sujeitos.

A principal característica dessa fase do capitalismo em que a profissão se desenvolve é o acréscimo dos lucros através do controle dos mercados, sendo que para manter esse ideal de capital, é implementada várias políticas de crescimento como crescimento contínuo dos preços das mercadorias e serviços produzidos pelas monopolios, taxas de lucros tendem a ser mais altas nos setores monopolizados, investimentos se concentram nos setores de maior concorrência, substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto em razão da inserção de novas tecnologias, crescimento do número de trabalhadores que vão compor o exército industrial de reserva (NETTO,1996).

Devido a essas contradições ocasionadas pela relação capital e trabalho, a classe trabalhadora passa a reivindicar por melhorias sociais, o que coloca em risco a ordem do capital. No intuito de manter o controle social, o Estado decide intervir na "Questão Social"², porém essa intervenção se dá de forma muito superficial, sem reais garantias de direitos regulamentados.

Com esse quadro de condições sociais e as reivindicações da classe trabalhadora, surge o Serviço Social como profissão inserida na divisão social do trabalho, com objetivo de intervir nas múltiplas expressões da "Questão social" através da execução de políticas sociais. Na década de 1930, o Serviço Social se constitui sob influência católica europeia de influências Franco-Belga, com ênfase nas ideias de Mary Richmond e nos fundamentos de Serviço Social de caso, grupo e comunidade. As primeiras formas de assistência social foram feitas como uma filantropia. Vale ressaltar que a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja. Como o Serviço Social surge interligado à doutrina da igreja, é adotado na profissão um pensamento conservador. Essa relação Serviço Social, Igreja e Estado objetivando manter o caráter capitalista, faz com que a profissão adote um caráter de abordagem da "Questão Social" como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução de problemas. Para essa resolução, é adotada a filosofia humanista cristã na base filosófica aristotélico-tomista (IAMAMOTO, 2000).

A aproximação com as primeiras teorias sociais faz com que o início da profissão seja marcada por um contexto bastante acrílico. A teoria positivista de caráter funcionalista e individualista que também é uma das primeiras bases da profissão tinha uma relação de causa e

² IAMAMOTO, Mavida. CARVALHO, Raquel. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, pag. 77.

efeito, não contribuía para o desenvolvimento da sociedade, pois desenvolvia um papel de assistencialismo voltado apenas para o ajustamento e conservação do status quo da ordem do capital, impossibilitando a mudança social (YAZBEK, 2009).

Percebe-se que essas primeiras teorias estavam diretamente relacionadas aos interesses do Estado, já que as mesmas buscavam apenas o ajustamento dos indivíduos. Nesse contexto, pode-se destacar que o Serviço Social era apenas uma estratégia de controle para manter a ordem que poderia estar ameaçada pela classe trabalhadora.

Já na década de 1950, devido as grandes lutas que se sucediam, é sinalizada uma possível crise do Serviço Social. Esse período correspondia ao desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Este foi uma teoria econômica que envolvia a proposta de crescimento econômico, baseado na industrialização (RIBEIRO, 2012).

Nesse período desenvolvimentista, percebe-se uma grande mudança que intensifica as expressões da "Questão Social". Um processo a ser destacado é o êxodo rural, quando as cidades se industrializavam com novas fábricas e empresas, aumentando a oferta de trabalho e atraiendo os moradores do campo para a cidade.

O adensamento populacional nas regiões industriais, assim como as alterações das relações de produção no campo, provocaram o agravamento dos problemas sociais tanto nas capitais como no interior, surgindo na periferia dos centros urbanos, verdadeiras "cidades de pobreza". O problema habitacional tornou grandes proporções; a necessidade de qualificar a mão de obra fez-se presente. A formação de um "exército industrial de reserva", necessário à dinâmica de expansão do capital, fazia-se acompanhar do clássico quadro de carência, que materiais, que cultura, que marcam historicamente a passagem das esferas periféricas à sede do metrópolite. (SILVA, apud YUKITA; ROSSETA, 2015, p. 04)

Diante dessa realidade, o Serviço Social passa a ser um agente de vital importância no enfrentamento da "Questão Social", o que ampliava o universo de intervenção da profissão, porém, apesar dessa necessidade, suas ideologias não eram apropriadas para que os profissionais agissem de forma crítica. O método de ajustamento e reabilitação do indivíduo proposto nas teorias neotomistas e positivistas eram bastante adversas às demandas que estavam crescendo cada vez mais.

Com todos esses aspectos, o tom decisivo da legitimação profissional começa a girar. Nesse contexto, o Serviço Social quer deixar de ser um "apêndice" para investir-se da condição de "agente de mudança". A partir disso, é realizado um evento marcante: O Segundo Congresso Brasileiro de Serviço Social que se realiza em 1961, tendo também o caráter de um

preparação para um encontro internacional, no caso, a XI Conferência Internacional de Serviço Social, marcada para a cidade de Petrópolis (RJ) em 1962, este segundo encontro emergente do meio profissional das assistências sociais irá ocorrer numa conjuntura bastante modificada (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Após o governo de Juscelino Kubitschek é implementado o projeto Janista que representava a continuidade da política desenvolvimentista. Porém, esta, historicamente, apresentava uma dinâmica diferente da anterior. Ela estaria na formação de uma nação forte. Desse eixo central decorre uma atenção especial ao social onde a meta prioritária é o homem e não o crescimento econômico em si mesmo, o que se pode definir como um desenvolvimento mais humano e humano (YUKITA; ROSISCA, 2015).

Essa ideologia Janista parecia uma possível mudança significativa para o Serviço Social. Suas estratégias visavam o bem estar da população. Os grandes problemas sociais causados pela industrialização poderiam começar a ser superados, mesmo que, ainda de forma fragilizada.

A ênfase no social não é, assim, um alvo demagógico ao projeto Janista. Há grande importância à saúde, propondo, além da perspectiva de uma melhoria no nível de vida, campanhas de enriquecimento do sistema alimentar, contra a desnutrição infantil e contra a invalidez. Em seu projeto educacional, situa-se este ponto de destaque: a educação não é vista apenas a partir do prisma econômico de aumento da produtividade. A proposta educacional inclui, como um de seus aspectos fundamentais, uma perspectiva de reestruturação da sociedade, de "redenção do país pela educação", a visão da educação como um dos eixos do projeto de desenvolvimento para integração nacional (NETTO, 2015).

Todo esse quadro que parecia ser favorável para o Serviço Social passa a mudar com a renúncia do então presidente do período. Pouco tempo depois da Renúncia de Jânio Quadros ocorre um golpe militar que reforçaria a prática conservadora da categoria, tomando-se sua manipulação distante do que o desenvolvimento Janista apontava.

Diante dessa realidade, era de extrema necessidade uma reformulação na sua teoria e na prática. Os discursos sistematizados com a ideologia do capital precisavam ser adaptados às reais necessidades da população. Sua prática atrelada às preocupações da classe dominante demandavam uma revisão. O II Congresso Brasileiro de Serviço Social citado por IAMAMOTO; CARVALHO, (2005) aponta como um exemplo bastante claro de uma estratégia de atualização em relação as ideias que agiam os setores dominantes e às demandas objetivas que se colocam ao Serviço Social.

A ruptura do Serviço Social tradicional não foi uma particularidade no Brasil,

Diversos acontecimentos em todo o mundo, principalmente no ano de 1968, contribuíram para que vários países da América Latina fizessem um questionamento acerca da profissão devido a necessidade de construção de um projeto profissional comprometido com as demandas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

A renovação do Serviço Social se deu a partir de três direções, respectivamente: a direção modernizadora, a revitalização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A primeira buscou apenas adequar o Serviço Social conservador às exigências do momento histórico vivido pelo Brasil, esta perspectiva foi capaz de se adaptar ao governo através de um posicionamento tipicamente estrutural-funcionalista. Na sua fase final ainda foram adotadas as teorias fenomenológica e dialética. A segunda perspectiva se dá a partir de um reix de ruptura e continuidade com o passado tradicional. “[...] Retoma a vinculação com a doutrina social da Igreja e a ênfase numa intervenção profissional microscópica, com ênfase na centralidade da pessoa e na ação por meio da ajuda psicossocial” (SILVA; SILVA; JUNIOR, 2016, pag. 09). Por fim, a terceira fase buscou romper totalmente com o conservadorismo e adotar a perspectiva crítica baseada na ideologia marxista (VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2013).

Foram estas direções que propuseram a transição entre o Serviço Social tradicional ou conservador para um Serviço Social crítico. Seu processo se deu de forma lenta devido às tensões impostas pelo contexto ditatorial, mas foi essencial para superar as matrizes de cunho capitalista.

As tensões que eram externas à profissão passaram a ser internas e contribuir para constituição a partir do momento que o Serviço Social passou a ter contato com as Ciências Sociais, pois há um questionamento dentro da validação teórica da qual o Serviço Social era carregado, e assim, a aproximação dos Assistentes Sociais ao cenário acadêmico vai fortalecer o aspecto científico necessário para causar um impacto na profissão e desenvolver seu caráter crítico. Podemos considerar como postado inicial para o movimento de reconstrução a reunião do I Seminário Regional Latino-Americano do Serviço Social, que aconteceu em maio de 1965 e traz um pensamento de adequação do profissional dentro dessas novas demandas de mudanças sociais ocorridas, ou que eram desejadas dentro do marco continental, demandas estas que causavam sobrevivência na profissão e que seriam como motivadoras para que houvesse alterações profissionais (NETTO, 2015).

Percebe-se que foram os agravamentos das condições da “Questão Social” que possibilitaram a categoria lutar por uma mudança significativa na situação. As bases teóricas que legitimavam a profissão se interligavam mais aos interesses do Estado e da Igreja, com

isso, era de extrema necessidade a adoção de uma teoria crítica que pudesse estar comprometida com a classe trabalhadora que sofria com os problemas sociais gerados pela pobreza intensa nesse período.

Todo esse contexto histórico que o Serviço Social conviveu nos anos 1960, donde os vários movimentos sociais pelo mundo, o contato com as ciências sociais contribuíram para a ruptura com o Serviço Social tradicional e deu os primeiros passos para o Serviço Social que temos hoje, pois foi a partir desse momento que se introduz na profissão as teorias marxista.

A ditadura militar impõe exigências e coloca novas possibilidades de intervenção ao Serviço Social. No entanto, a sua intenção em nenhum momento se volta ao desenvolvimento de criticidade dentro profissionais, pelo contrário, o seu intuito era em grande medida o de manter traços tradicionais na profissão, buscando especializar profissional para a execução de políticas públicas, para apaziguar os conflitos, em resumo, um profissional dócil, capaz de psicologizar os indivíduos e evitar reivindicações contra o governo vigente (NETTO, 2015).

Devido às novas demandas, a autocracia passa a exigir um "novo" profissional, com uma nova formação para visibilizar uma nova prática diante das novas expressões da "Questão Social" devido ao processo de desenvolvimento do país e concomitantemente, o agudamento das desigualdades sociais que careciam de regulação.

Sendo assim, o Estado se organiza e viabiliza novos espaços de atuação para o Assistente Social, mantendo seus traços conservadores, mas exigindo em contrapartida uma modernização para administração dos problemas sociais em ascensão. A modernização conservadora cria, portanto, um mercado nacional de trabalho, macrocópico e consolidado para os assistentes sociais.

Nesse contexto, a inserção de ensino do Serviço Social no âmbito universitário é o que marca o grande avanço. Esta inserção proporcionou a interação dos profissionais com disciplinas vinculadas ciências sociais, o resultado dessa interação foi o surgimento de uma teoria crítica, antes inexistente. Esta teoria crítica é fruto de um movimento de desenvolvimento de investigação e pesquisa com conseqüente ampliação do debate teórico-metodológico e de temáticas imprescindíveis para a profissão (NETTO, 2015).

Vale lembrar que o Serviço Social até antes da ditadura militar tinha suas bases ainda ligadas à doutrina da Igreja e mostrava um caráter profissional homogêneo. A ruptura ocorre nesse cenário está na laicização, que consiste no processo de rompimento do Serviço Social com a Igreja, sendo esse um ponto fundamental à adoção da criticidade na profissão.

Numa rápida linha de raciocínio, podemos dizer que o Serviço Social inicia-se sobre as bases da teoria social da Igreja, passa para a concepção positivista de uma sociologia conservadora permeada por católicos e, no movimento de reconstrução, sofre influência de um leque amplo de abordagens teóricas das ciências sociais, que vai desde as perspectivas funcionalistas, fenomenológicas, passando pelo vulgarismo teórico até as fontes de uma teoria social crítica. Tais influências foram simultâneas e convergiram de acordo com as determinações históricas do país e, principalmente, com a necessidade da profissão em dar respostas que se aproximassem da realidade social brasileira. A luta pela redemocratização no início dos anos de 1980, no âmbito dos movimentos sociais, é um exemplo, que desencadeou a afirmação do compromisso do Serviço Social, nos Códigos de Ética de 1986 e 1993, com a classe trabalhadora e com os valores de uma sociedade que vá para além do capital (LARA, 2008, p. 26 e 27).

É indubitável que a intervenção no âmbito universitário tenha contribuído para a construção de uma criticidade da profissão. A renovação do Serviço Social se dá justamente na construção de um pluralismo profissional, onde os Assistentes Sociais passam a dar ênfase na análise crítica do Serviço Social.

A partir desse movimento, a pesquisa ganha grande visibilidade, sendo prioridade para formação profissional. Os profissionais deixam de ser meros executores de políticas para serem planejadores e agentes de mudança. Vale ressaltar que a pesquisa é essencial, tanto em produções acadêmicas quanto em análises socioeconômicas de instituições sociais. As novas diretrizes curriculares do Serviço Social passaram a ter como principais dimensões a teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

1.2 OS REBATIMENTOS DA CRISE DO CAPITAL PARA O TRABALHO INTELLECTUAL CONTEMPORÂNEO

A produção de conhecimento inicia-se junto ao modo de produção capitalista, uma vez que o capital necessita dessa relação para o seu desenvolvimento. A relação entre ciência e técnica favorece o desenvolvimento das forças produtivas, dessa forma, pode-se dizer que a ciência é transformada em mercadoria para favorecer o capital.

Os inventos e descobertas são responsáveis da ciência, já que, para o desenvolvimento da indústria, a burguesia necessita de uma ciência que investigasse as forças da natureza para dominá-la, usá-la em seu benefício. A ciência não é mais a serva da teologia, deixa de ser um saber

contemplativo, formal e finalista, para que, indissoluvelmente ligada à técnica, possa servir a nova classe (ARANHA, 1993, p. 147).

Com o desenvolvimento tecnológico favorecido pela ciência, ocorre a reprodução da lógica do capital, afetando drasticamente a classe trabalhadora, uma vez que aumenta a exploração e o processo de alienação.

A produção de conhecimentos é de extrema importância para as relações sociais, porém, na medida que o capital se apropria da natureza para incorporar os seus interesses, são geradas uma série de contradições, já que o sistema se apropria dessa produção como estratégia de superação de crises. Devido a essa relação particular do capital, não importa se estão sendo contempladas as reais necessidades humanas, o que deve ser preservado é a obtenção de lucros.

A partir da década de 1970, com a referida crise já citada, o capital lançou uma série de mudanças na estrutura social, onde podemos destacar o neoliberalismo. Com isso, podemos perceber que a produção de conhecimento está longe de objetivar o desenvolvimento de uma educação reflexiva e crítica. Na verdade, o intuito é gerar um processo de alienação capaz manter a ideologia do capital, afetando drasticamente as relações sociais. Podemos perceber ainda que a perspectiva de crise tem rebatimentos diretos na produção de conhecimentos.

Diante das políticas de gerenciamento com discurso de superação da crise, ocorreram transformações no ensino superior, onde as instituições de rede privada passaram a ser destaque como fonte de atualização, desfavorecendo a produção intelectual.

As universidades brasileiras, enquanto locais da produção de conhecimentos, têm sido racionalizadas para o atendimento das necessidades do capital, sendo vistas e gerenciadas como empresas. Pesquisas estão sendo realizadas com investimentos públicos, mas estão sendo apropriadas pelo privado e direcionadas às áreas que mais interessam ao setor produtivo. A exigência pela produtividade, as parcerias público-privadas, a emergência das fundações no interior das universidades, dentre outras, são apenas alguns elementos cuja essência está na busca constante do capital pela sua valorização (KLEBER, 2015, p. 324).

A partir dessa realidade e tendo em vista que o Serviço Social enquanto profissão situa-se no bojo das relações sociais e na contradição capital x trabalho, fica evidente a necessidade de atuar de forma eficiente no âmbito dessas relações e das demandas daí advindas. Sobrevive uma formação profissional crítica, comprometida com os valores do Projeto Ético-

Político da profissão, que articula ensino, pesquisa, extensão, onde os profissionais em formação tenham a possibilidade de participar de eventos da categoria e sejam instigados a debater de forma crítica e reflexiva a realidade social que se apresenta de forma cada vez mais complexa e é campo de intervenção do profissional.

2.2.1 A QUANTIDADE X QUALIDADE

Este modelo de formação contemporâneo encontra-se lesionado devido a expansão da modalidade de Ensino a Distância (EAD), que compromete e precariza a formação profissional por não atender as especificidades necessárias para que o profissional seja capaz de compreender e atuar nessa complexa sociedade.

Os anos de 1990 traz consigo a implementação de políticas neoliberais que previram entre outras coisas, a privatização dos bens públicos. É a partir desse contexto que se inicia o processo de privatização da educação, onde a mesma torna-se mercadoria para atender as exigências do capital na superação de suas crises (FILHO, 2009).

As instituições de ensino a distância (EAD) seguem o mesmo propósito e nasce a partir de uma contrarreforma do Estado com discurso de revalorização do acesso ao ensino superior e compõe a chamada reforma universitária que institui e regulamenta o ensino a distância (EAD) através do decreto 3.621/05.

Questiona-se, entretanto, a qualidade dessa modalidade, diante da ausência de efetiva relação pedagógica e de participação na vida acadêmica, sobretudo do fundamental (tipo ensino-pesquisa-extensão) e a inserção em movimentos sociais. Além disso, segundo o CRESS, esta modalidade de ensino é permeada por inúmeras irregularidades. Embora em seus documentos as empresas que oferecem a graduação em Serviço Social a distância afirmem cumprir a carga horária mínima obrigatória de disciplinas e estágio, a dificuldade de acesso a informações mais detalhadas dificultam um acompanhamento da forma como vêm sendo realizadas, por exemplo, o estágio obrigatório, bem como as condições em que se realizam a supervisão acadêmica e de campo (CRAGAS, 2016, p. 49).

É preciso uma análise crítica desses processos de formação, não se deixando levar pelo discurso de maiores oportunidades de acesso à formação de ensino superior. É necessário entender em quais condições essa formação acontece e a qualidade da mesma, para assim não permitir prevalecer o discurso da quantidade. A situação está presente em todos os âmbitos, e a lógica do sistema capitalista é fazer, seja através da construção da mão-de-obra humana

possível de quantificação.

Em meio ao desenvolvimento científico e tecnológico, demanda do Serviço Social a seriedade da pesquisa neste polo. Pensar o Serviço social em contemporaneidade é entendê-lo, sempre sob olhar crítico sobre as novas demandas da profissão que surgem a partir do contexto ao qual se dá a "Questão Social".

Ista é sua objeto de estudo, e como sendo, faz-se necessário entender o contexto ao qual se dá, bem como os conflitos de interesses que circundam tal sociedade, como exemplos, o projeto societário burguês x o projeto da classe trabalhadora (JAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

O Assistente Social é, principalmente, um mediador de relações, pois este trabalha em prol da efetivação dos direitos da classe trabalhadora, no entanto este vende sua força de trabalho para o Estado, formado pela classe burguesa. Desdobrar-se frente a tal paradoxo é um desafio constante, mas necessário (NETTO, 1996).

Em meio as inúmeras mudanças no mundo do trabalho, identificadas em meados de 1970 e suas consequências no contexto social, torna-se necessário fazer uma análise sobre os dias trágicos abordados pela profissão, a fim de detectar se estes atenderem as novas exigências da sociedade.

Entende-se que a produção de conhecimento científico é quase que exclusivamente decorrente do âmbito universitário, que é consequentemente decorrente da produção em institutos.

Se considerarmos esse tempo (1950) até os dias atuais, podemos dizer que é recente a existência de uma produção científica consistente e permanente, até mesmo no campo das "ciências básicas", na realidade brasileira. Com o processo de "migração" dos pesquisadores dos institutos para dentro das Universidades, podemos dizer que houve a institucionalização da pesquisa. É nesse contexto de produção científica que germina a pós-graduação. A primeira pós-graduação, dentro de um sistema de universidade é a USP (1932), primeira Universidade Brasileira criada como ensino/pesquisa de extensão. O primeiro mestrado em 1969 e em meados de 1970 começam as análises e avaliações de sistemas de pós-graduação (FILHO, 2009 p.1).

Tendo isso em vista, percebe-se que é recente o desenvolvimento do conhecimento científico referente ao Serviço Social e justamente por isso se faz necessária a sua formação. "O Mestrado e o Doutorado procuram formar professores e profissionais pesquisadores que possam, a partir das demandas sociais, produzir um saber legitimado pela academia e órgãos financiadores de projetos de pesquisa" (FILHO, 2009, pag. 04), sendo

constante a banca em preparar pesquisadores, ou seja, profissionais aptos a produzir pesquisas científicas na área social.

No entanto, fomentar a pesquisa em um país que não possui tradição em pesquisa é desafiante e para o Serviço Social, já que este possui uma prática inserida numa realidade concreta sem tradição em pesquisa e, em segundo, por ter se inserido na sociedade a fim de atender as demandas da classe subalterna pelo sistema capitalista (JOSE, apud SETÚBAL, 2007).

SPOZATI, (2007) afirma que um dos principais desafios da pesquisa é colocá-la enquanto centro do objeto de estudo e não como método ou meio para se chegar a um fim. O segundo, que é o debate sobre pesquisa, sua emancipação já parece significar a superação de velho dilema que o Serviço Social produz conhecimentos para além das respostas práticas às diversas questões. Ainda abunda algumas armadilhas a qual estão expostos os Assistentes Sociais.

A preponderância do debate sobre o método da pesquisa atribuindo caráter secundário ao Objeto e aos resultados e à direção social do Conhecimento; – a banalização dos atributos necessários para o desempenho qualitativo na pesquisa, pelo pesquisador, o que termina por contrair a falsa relação mecânica entre trabalho do profissional assistente social com a feição de pesquisador (SPOZATI, 2007, p. 02).

Em meados de 1990 com a proposta neoliberal, as políticas sociais são atingidas e o Estado, ao permitir a solidificação de tal proposta, acaba se exaurindo das responsabilidades com o social e o Assistente Social, em meio a tal contexto, vê sua atuação prejudicada, pois agora tem de desdobrar-se mais ainda frente ao grande número de demandas e a dificuldade constante de atendê-las. Se faz necessário portanto, em meio a esse contexto, uma análise e decifrar a realidade para que se possam projetar possíveis formas de atuação profissional.

As possibilidades fornecidas para a atuação ficam cada vez mais escassa e o Estado exige que a categoria haja apenas como mero executor, com isso, decifrar a realidade significa entender criticamente os reais objetivos que estão sendo propostos para atuação e buscar meios que possam proporcionar um posicionamento crítico destes profissionais para dar viabilidade aos princípios do Projeto Ético-Político.

2.3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: REALIZAÇÃO X REALIZAÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que vem modificando sua ideologia política desde a institucionalização. Seu processo histórico é pautado pela busca em romper com o tradicionalismo conservador para uma perspectiva crítica. É o processo de lutas que marca a construção de um projeto profissional que visa um comprometimento com a sociedade de forma que possa buscar uma mudança intervencionista na vida da população.

Na sociedade, existe o projeto societário que tem uma abrangência englobando o que todas as profissões defendem, e os projetos profissionais que são construídos a partir da identidade de cada profissão, expressando o que cada uma defende. Nessa perspectiva, o Serviço Social construiu o seu Projeto Ético-Político, onde o mesmo coloca tudo aquilo que a profissão visa alcançar (TEIXEIRA, 2009).

Vale destacar que o projeto profissional do Serviço Social é recente, levando em consideração o processo histórico da profissão. O mesmo foi construído a partir do processo de mudanças ocorridos, quando a categoria profissional passou a questionar a sua atuação e sua ideologia.

NETTO, (2015) destaca que o Projeto Ético-Político do Serviço Social é formado a partir da junção de três instrumentos básicos que permeiam a política profissional. Estes são o código de ética, a lei de regulamentação da profissão e os parâmetros da formação acadêmica. Este autor ainda destaca que:

Para desenvolver minimamente o que seja um projeto profissional, talvez nos baste dizer que ele apresenta a auto-imagem de uma profissão, elige os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formaliza os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para a sua existência, procreta normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as bases de sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. Assim posto, um projeto profissional é o conjunto em que uma profissão articula os seus elementos constitutivos, quais sejam: uma imagem ideal da profissão, b) os valores que a legitimam, a sua função social e os seus objetivos, c) os conhecimentos teóricos, os saberes instrumentais, as normas e as práticas que a viabilizam (NETTO, 2015, p. 236).

Pode-se perceber a partir disso exposto que, apesar da discussão acerca do projeto profissional ser recente nas bases teóricas da profissão, o mesmo está presente na categoria

desde meados da sua institucionalização, já que este representa a perspectiva política que embasa a atuação. Porém, até antes da reconceitualização, este projeto era bastante conservador, pois os códigos de ética anteriores ao de 1986 não tinham uma perspectiva crítica e a formação acadêmica era bastante fragilizada.

Falar do projeto profissional do Serviço Social é, sobretudo, destacar os códigos de ética da profissão, pois, foram estes que permearam a consolidação do mesmo. Foi a partir do código de 1993 que se consolidou o projeto considerado como hegemônico da categoria, porém, é necessário fazer uma análise acerca de todos os outros que marcaram a profissão, bem como destacar como se dava a atuação em cada período histórico.

Devido o projeto profissional não ter um documento específico descrevendo suas características, torna-se necessário entender as suas componentes para compreendê-lo. A base de entendimento se dá a partir do estado histórico em que cada um elemento do projeto se consolidou.

SILVA, 2015, destaca que o Serviço Social emerge no Brasil na década de 1930 devido a grandes desigualdades que assolavam esse período, ocasionando um agravamento das expressões da "Questão Social", sendo que atua com antagonismos nos interesses das classes. No interesse de amenizar essas contradições entre capital e trabalho, a profissão surge a partir de uma aliança entre o Estado e a igreja católica, recebendo influências do projeto conservador cristão. Tendo em vista essas premissas, o projeto profissional era bastante conservador, sendo que a "Questão Social" deveria ser enfrentada a partir de uma educação moral, através de forças coercitivas. As teorias adotadas nessa conjuntura foram o Neotomismo e Positivismo, que tinham um caráter meramente moralizador. A autora ainda afirma que:

Dessa maneira, os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e representam o primeiro momento de defesa de projeto socialista, conservador e tradicional. Ambos os códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão ahistórica, metafísica e idealista sobre o homem (SILVA, 2015, pag. 02).

Nesses aspectos, nota-se que o projeto da categoria que norteava a prática profissional era totalmente voltado aos interesses dos capitalistas, pois este não visava uma mudança na vida dos sujeitos. Este projeto que predominava era totalmente antagônico ao que foi reformulado após o movimento de reconceitualização. Apesar de terem sido criados três códigos

de ética até chegar ao de 1986, a situação ainda era bastante conservadora, pois, ainda continuavam com influências positivistas. O que podemos chamar de Projeto Ético-Político era apenas um ideal voltado aos interesses burgueses com intuito de fortalecer o desenvolvimento do capital.

Já na década de 1960, parte da categoria começa a questionar sua prática. É neste período que inicia o movimento de reavaliação da profissão na busca de um novo posicionamento teórico-político. Isso fazia uma crítica ao tradicionalismo para que fosse implementada uma nova ética. A reavaliação possibilita uma aproximação da profissão à novas teorias. Logo na década de 1980, tem-se uma aproximação equivocada ao marxismo, porém, mais a diante, isso estava prestes a mudar, já que a intenção de profissionais no âmbito acadêmico fez com que os mesmos buscassem referências teórico-metodológicas que sustentassem a nova proposta de profissão (VLANA, DLA, 2013).

Como todos sabem, o Brasil, entre 1964 e 1985, esteve submetido a um regime ditatorial de extrema brutalidade. Sob tutela militar, a ditadura brasileira serviu ao grande capital: corrigiu uma ambiciosa burocracia burguesa e operou uma sistemática superexploração dos trabalhadores. Mas, à diferença de outros regimes ditatoriais da América Latina, respaldados pelos Estados Unidos, a ditadura brasileira desenvolveu as forças produtivas e modernizou a estrutura econômica do país. Seu legado foi uma complexa sociedade urbano-industrial marcada por uma trágica desigualdade, em que os expoentes da "questão social" atingiram níveis insuperáveis (NETTO, 2013, p. 234).

Entende-se que esse período marcado pela ditadura fez com que retardasse a conquista de uma hegemonia teórica, já que a lógica repressiva dominou a sociedade. Por isso, os primeiros direcionamentos para uma mudança ainda estavam fortemente atrelados ao conservadorismo, onde os ideais positivistas predominavam nas bases teóricas e políticas. Só a partir do fim desse regime que foi possível implementar uma nova ética, sem valores totalitários.

Nos anos de 1980, quando a categoria buscava se consolidar, é instituído um novo código de ética profissional no ano de 1986. Foi este que possibilitou o rompimento com o conservadorismo e a adoção de uma direção política, direcionada ao comprometimento com a população. Este foi considerado uma grande conquista do Serviço Social, porém, algumas mudanças éticas e profissionais não foram claramente estabelecidas, dessa forma, foi necessário instituir o código de 1993, apesar com algumas reformulações do anterior a ele (NETTO, 1999).

Nesse contexto, o projeto ético-político ganha uma nova reformulação, sendo considerado como hegemônico, pois o mesmo adota as competências da nova ética institucional. Vale destacar que após a instituição do novo código de ética profissional (Resolução/CFESS nº 273/93, 13 de março de 1993), também foi promulgada pelo Executivo Federal a nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93, de 7 de junho de 1993), estabelecendo as exigências legais para atuação, os seus direitos e as atribuições privativas. Outra conquista foi a formulação das diretrizes curriculares formuladas pela ANEPSS, explicitando os conteúdos teórico-práticos básicos e mínimos que devem compor a formação do assistente social (TRIXEIRA, 2009).

Como já foi dito anteriormente, a projeto ético-político da profissão se dá pela articulação entre o código de ética profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as diretrizes curriculares, dessa forma, a década de 1990 pode ser considerada como marco para o Serviço Social uma vez que esta favoreceu a institucionalização de uma atuação que engloba as três dimensões que sustentam a profissão (teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa). Foi possível substituir os preceitos conservadores e adentrar na teoria marxista de forma crítica, para que a formação dos profissionais fosse direcionada ao comprometimento com esse novo projeto profissional.

A partir disso, passou a ser princípios fundamentais para atuação, estabelecidos no código de ética de 1993:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expressão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, expansão socialização da participação política e da reparação socialmente preterida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Engajamento na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (BRASIL, 2011, p. 23).

Compreender todos esses princípios e trabalhar para efetivação dos mesmos passa a ser tarefa essencial da categoria. Todos eles visam a emancipação humana e o pleno exercício da democracia e cidadania. Este trata uma inovação totalmente contrária ao que eram regulamentadas anteriormente, o que pode-se perceber que são princípios contraditórios a

ideologia capitalista. O comprometimento com a liberdade deve superar qualquer tipo de oposição para que haja total respeito dos direitos humanos. Havendo total comprometimento de hegemonia, pode-se afirmar que o referido Projeto Ético-Político está em plena execução de hegemonia.

Segundo NETTO, (2015) embora, nesse período o Serviço Social ativesse em grande medida pelas conquistas demandadas anteriormente, esta época também é considerada como grande retrocesso no que se diz respeito aos aspectos político, acadêmico e social. Na entrada da década de 1970 o Brasil passa a enfrentar uma grave crise econômica.

A partir disso, uma série de medidas são implementadas, em destaque ao neoliberalismo, afetando drasticamente as políticas sociais. O autor ainda ressalta que "tomam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo - privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exacerbada da riqueza etc" (NETTO, 2015, p. 19).

Diante disso, pode-se perceber que há um grande antagonismo entre os ideais neoliberais e a nova postura adotada pela profissão do Serviço Social. Com isso, a categoria é drasticamente desafiada a lidar com essas contradições, pois, atuar de forma positiva e interventiva sobre as demandas sociais que surgem é tarefa contrária aos objetivos do Estado burguês e necessárias para a consolidação crítica de sua prática devido ao seu comprometimento com a sociedade que demanda de sua atuação.

Essa política neoliberal, em suas estratégias de promover o crescimento traz mudanças significativas na esfera social, gerando graves consequências para a classe que necessita das políticas sociais. A desigualdade passa a se intensificar devido o desemprego, as condições de trabalho precarizadas e os mínimos sociais ofertados pelo Estado.

Isso faz com que o Serviço Social tenha uma relação direta com essa política, já que a população afetada pelos problemas sociais decorrentes das mudanças de desenvolvimento capitalista tornam-se usuários do atendimento dos Assistentes Sociais para tentar superar sua condição de vulnerabilidade. Esta profissão, que também é afetada pela redução de recursos para atender os usuários passa a ser desafiada a lidar com a demanda cada vez mais crescente.

CAPÍTULO III – OS DESAFIOS PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA E DO SERVIÇO SOCIAL DE FRENTE AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.

O seguinte capítulo traz uma abordagem crítica acerca dos desafios encontrados pela categoria profissional diante de sua situação. Vale destacar que esses desafios são gerados a partir das relações de produção e reprodução decorrentes do sistema capitalista.

Inicialmente, este traz uma abordagem do percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, destacando detalhadamente como esta ocorreu. O mesmo aborda os espaços que foram utilizados para realização da coleta de dados, já que esta se desenvolveu de uma pesquisa de campo.

Logo após, o capítulo versa em uma reflexão do tema de forma lúdica, onde utilizam-se de charges e mímicas para fazer uma crítica ao sistema capitalista, tendo em vista que este é o grande responsável pelos desafios encontrados pela categoria do Serviço Social no que se diz respeito a efetivação do Projeto Ético-Político Profissional.

Por fim, este traz os resultados encontrados a partir da coleta de dados realizada durante a pesquisa. A análise crítica que se dá a partir das respostas dos profissionais que foram escolhidos para responder a entrevista de acordo com os objetivos específicos do trabalho.

1.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A prática da pesquisa é um processo de extrema importância para formação profissional das pessoas uma vez que ela é o meio para construção do conhecimento. Atualmente, existem diversos tipos de pesquisa que são definidas a partir da forma em que a mesma se desenvolve. Esta se dá a partir dos conhecimentos disponíveis e a utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

A pesquisa buscou uma compreensão da realidade em que a profissão de Serviço Social se insere para que fosse feita uma análise crítica da mesma. Foi necessário fazer uma compreensão do processo histórico em que a profissão se desenvolveu até os dias atuais, além de destacar os agentes causadores dos desafios para atuação profissional e a efetivação do

Projeto Ético-Político da pesquisa

Tendo em vista esses aspectos e a necessidade da utilização dos tipos de pesquisa para a produção de trabalhos científicos, este trabalho de conclusão de curso se desenvolve a partir de um caráter qualitativo onde são utilizadas as técnicas bibliográficas, descritiva, explicativa, e a pesquisa de campo, baseando-se no materialismo histórico dialético.

A perspectiva dialética consiste antes de tudo num modo de ver a vida, um primeiro lugar como movimento permanente, como processo, o que precisa ser contemplado na análise das forças e relações sociais, superando uma visão estagnada de estados, na medida em que se reconhece o movimento como provisório e que, portanto, está novamente erguido para que o próprio movimento siga seu curso. (MENDES e PRATTIS, 2007, apud PRATES, 2012, p. 3)

Falar de Serviço Social, destacando os sistemas capitalista e o Estado, torna-se necessário utilizar o referido método, já que é profundo o tema como base para realização dos seus estudos, tendo em vista que o mesmo proporciona a crítica aos fenômenos sociais, levando em consideração o processo histórico.

Segundo RICHARDSON, (2007) a pesquisa de caráter qualitativo consiste no método de investigação onde os pesquisadores têm a própria intuição de expor o seu ponto de vista sobre o objeto investigado. Diferentemente da pesquisa quantitativa onde a opinião deve ser descartada, na qualitativa o investigador pode fazer apontamentos a partir de sua interpretação sobre o objeto de estudo. Vale destacar que este método se consolida a partir das pesquisas descritivas e explicativas. Ele ainda afirma que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2007 p. 80)

Com isso, nota-se que esse é o método mais adequado para desenvolver a temática que foi proposta, uma vez que este estudo baseia-se em uma análise crítica em que é utilizado o materialismo histórico dialético para compreensão dos dados.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever e caracterizar o objeto de estudo. Este tipo de abordagem é feito um registro dos dados analisados e interpretados. Geralmente

esta se apresentam em trabalhos que visam estudar as características de um grupo como, por exemplo, distribuição por idade, sexo, escolaridade, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde físico e mental etc. Ela pode ser entendida como a análise que se baseia em compreender as causas e efeitos de determinado fenômeno (GIL, 2007).

Esses tipos de pesquisa fazem da estatística importante para o levantamento de dados do trabalho uma vez que possibilitaram um estado mais detalhado das informações para que, consequentemente, fosse possível fazer uma crítica das mesmas.

Já a pesquisa bibliográfica consiste no primeiro processo a ser realizado após a definição da proposta a ser investigada. Esta se baseia em pesquisas de outros autores onde é feito um levantamento de dados e informações a respeito do tema a ser pesquisado. A análise que é feita a partir de outras fontes ou autores pode ser explorada de livros, revistas, artigos, sites e dentre outras produções. Após a escolha das fontes, as mesmas devem ser analisadas e interpretadas pelo pesquisador para desenvolver a sua produção (FORSECA, 2002).

A pesquisa de Campo é uma metodologia que se desenvolve a partir da observação, coleta, análise e interpretação de fatos e fenômenos existentes diretamente da realidade do objeto de estudo. O objetivo da pesquisa de campo é conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema. O pesquisador deve decidir o melhor método para realizar a pesquisa, seja ela através de entrevista ou questionário. A partir da coleta de dados, deve ser feita a análise e interpretação dos mesmos, e estes devem ser fundamentados com o objetivo de explicar o fenômeno estudado (RIBAS, FORSECA, 2008).

O método utilizado para a coleta dos dados foi a entrevista estruturada. Esta se desenvolveu na área da Assistência Social do Município de Juazeiro do Norte-CE. Foram entrevistadas cinco Assistentes Sociais, sendo duas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, duas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Aeroporto e uma do Cadastro Único/Programa Bolsa Família - PBF, a soma de assistentes sociais atuando nestes equipamentos equivale a 12, sendo 07 atuando no PAEFI e uma nas medidas socioeducativas (CREAS), 03 no CRAS Aeroporto e 02 no Cadastro Único/PBF.

Dessa forma o universo da pesquisa refere-se a 12 assistentes sociais, entretanto, a amostragem equivale a 05 assistentes sociais, o que transformado em porcentagem concerne proporcionalmente a 42% do universo.

O percurso metodológico em que esta desenvolveu se deu no período de Agosto de 2018 à Novembro de 2018, sendo que a entrevista para obtenção dos dados ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de Novembro de 2018.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações confiáveis na fala dos atores sociais. Ela não significa uma entrevista despretensiosa e aberta, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto de pesquisas que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MENEZES, 1994 p. 37)

Este tipo de análise desempenha um importante papel na produção de trabalhos científicos, pois possibilita uma interação entre as partes (entrevistador e entrevistado). A entrevista estruturada, que foi o modelo escolhido para coleta de dados ocorre quando o entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido. É necessário um contato direto entre as duas partes. Quando as perguntas estão bem estruturadas, estas se assemelham ao modelo de questionário (GIL, 2007).

Todos esses tipos de pesquisa foram identificados na produção do trabalho de conclusão de curso, pois, para desenvolver o mesmo, foram feitas análises de produção de livros, artigos e sites para que, a partir desses, fosse formulada uma opinião própria acerca da temática.

Durante a produção do mesmo, foram feitos levantamentos de hipóteses com o objetivo de analisar e compreender acerca da atuação profissional e os desafios encontrados para efetivação do Projeto Ético-Político Profissional. Para melhor entendimento do estado, foram descritas várias características e conceitos acerca dos elementos que compõem os objetivos específicos do estado. Além desses livros, também foi feito um estudo com profissionais da área para que fosse feita a análise da pesquisa.

1.2 DESVELANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA POR INTERPRETAÇÕES LÚDICAS: A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Diante de tudo o exposto no referido trabalho, nota-se que o Estado burguês é um agente que interfere diretamente na atuação do Serviço Social, com isso, esse é desafiado a dar viabilidade ao seu Projeto Ético-Político, já que, Estado burguês e Serviço Social possuem interesses opostos no que se refere as relações de produção e reprodução das relações sociais.

Como já foi citado anteriormente, o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro se estrutura a partir da defesa da liberdade, vinculada aos princípios da autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais, visando a construção de uma

nova ordem social, porém, o Estado burguês visa apenas o desenvolvimento do capital, objetivando a obtenção de taxa de lucro. Nesse, a previdência acaba sendo totalmente atrelada uma vez que, para o desenvolvimento do capital, as políticas sociais (que são a base que sustentam a efetivação de direitos por parte do Serviço Social) são vistas como gastos públicos, dessa forma, acabam sendo desenvolvidas de forma seletivas e focalizadas (NETTO, 2015).

Essas perspectivas ocorrem desde a institucionalização da previdência e não é diferente da estabilidade em que sistemas vivenciando grandes problemas políticos, econômicos e sociais. As últimas décadas podem ser apontadas a partir de avanços e retrocessos dos direitos sociais. Políticas públicas são implementadas e logo em seguida são reformuladas com caráter mais fiscalista, que são justificadas como estratégia para superar problemas econômicos de crise que o país está vivenciando.

Todos esses problemas sociais que são apontados estão diretamente relacionados ao sistema capitalista, pois, a fome, a falta de saneamento, o desemprego, a falta de moradia e dentre outras situações de vulnerabilidade tem como base a questão da polarização gerada pela condição do capital em subordinar uma classe a outra. Segundo a teoria marxista, tem a classe burguesa que detém os meios de produção e a proletária que vende sua força de trabalho para o capital, sendo que esta segunda é subordinada a uma condição de alienação e conflito dentro da própria classe para garantir sua sobrevivência.

O atual padrão de acumulação que Harvey (2004) chama de "despossession", que caracteriza o novo imperialismo, atualizando as relações de dependência e exploração entre os países, é expressão da atual crise do capitalismo e alcança um grau de complexidade e aprofundamento nunca antes visto pressionado pelos assistidos, exigindo processos de restauração do capital, produzindo mudanças das mais significativas, especialmente no que tange ao papel do Estado, cuja presença na economia e na regulação do mercado de trabalho se torna cada vez mais forte (GUERRA, 2013 apud TINTI, 2015, p.235).

Várias composições musicais expressam sua crítica ao sistema capitalista através de suas letras, com isso, trago aqui uma música de Ratos de Porão que expressa a situação de fome causada por este:

"Cultura guerra destrói nações
Inselm e poder
Sua razão Capitalismo
Um mal incurável Capitalismo
O homem é impossível Capitalismo

Deve a natureza Mata eterna
 Só o dinheiro importa
 O restante são coisas banais Mal iniciais
 Capitalismo Condiciona e submete Em qualquer situação
 Está gerando um caos na humanidade Esta é a verdadeira realidade".

Ratos de Porão⁹

Esta define bem a dinâmica do sistema, em que, para gerar capital, os interesses dos cidadãos são desprezados. Com isso, percebe-se que todos os problemas sociais que estamos vivenciando na atualidade são condições geradas propositalmente pela lógica capitalista, em que é necessário a existência da situação de pobreza para haver o conflito entre a própria classe proletária, e conseqüentemente, estes ficam subordinados e submetidos com a relação de produção do capital.

A seguir, apresenta-se uma charge ilustrativa que se relaciona aos documentos dos direitos sociais que estão sendo reformulados na contemporaneidade.

Charge 1



Fonte: Jornal do Brasil, 2017¹⁰

Entende-se que esta representa bem a questão da reforma dos direitos trabalhistas, em que as atuais propostas de espolio são oferecidas na condição de situações precárias, sem que as indivíduos estejam amparados em seu espaço de trabalho.

Nessas condições, nota-se a necessidade da intervenção do Assistente Social, pois, as

⁹ Matar: CAPITALISMO. Ratos de Porão, 1995. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/matar-de-porao/ratos-de-porao.html>. Acesso em: 13 de Novembro de 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://www.jornaldobrasil.com.br/pagina/noticia/sem-a-reforma-trabalhista-e-o-fim-ao-direito-de-trabalho-na-brasil-e-da-cb>. Acesso em: 10 de Novembro de 2018.

péssimas condições de trabalho e o desemprego são expressões da "Questão Social" que é o seu objeto de intervenção.

IAMAMOTO, (2007) destaca ainda que o profissional é desafiado duplamente a atuar nessas condições, pois, o mesmo é afetado não só como agente de intervenção, mas também como trabalhador assalariado que se sujeita a essas novas condições que são oferecidas pelo Estado. A contemporaneidade está marcada por tempos de crises em que cresce o índice de desemprego. Ao mesmo tempo, também cresce as desigualdades sociais, verificando um agravamento das múltiplas expressões da "Questão Social". A autora também afirma que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Tendo em vista essa perspectiva de retrocesso ao que se refere a garantia e efetivação de direitos que são apontados como grande desafio para a profissão do Serviço Social, a seguinte charge reflete bem esse processo, já que a mesma é bem clara ao expressar sua crítica aos desmontes sociais.

Charge II



Fuente: Trazinização: iconoclasia do governo golpista, 2017⁸⁹

A crítica que a charge expressa é bem clara ao demonstrar as reformas políticas onde atingem diretamente a classe trabalhadora. Estas estão interligadas aos objetivos propostos pela reforma neoliberal, porém, é necessário destacar e compensar essas reformas com duas

⁸⁹ Disponível em: <https://www.folha.com.br/terceravacaodasnoticias-do-governo-golpista/>. Acesso em 12 de Novembro de 2018.

anos.

No ano de 2016 o Brasil passa por grandes transformações políticas, onde a presidenta eleita Dilma Rousseff sofreu um impeachment. A partir disso, o seu vice-presidente Michel Temer assume o poder. Este entrou com objetivo de tentar superar os graves problemas socioeconômicos vivenciados pelo país, porém, em seu mandato, o mesmo lança uma série de reajustes que atingem diretamente a classe trabalhadora, pois, estas contrarreformas são direcionadas a cortes de gastos na área de social.

A contrarreforma pode ser entendida como um conjunto de "alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contrarreformas, em geral, atingem os marcos legais – consolidados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país" (GRANEMANN, 2004, p. 30).

É toda essa lógica capitalista e as contrarreformas lançadas para favorecer o seu desenvolvimento que vão desafiar a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois, essas mudanças fazem com que as expressões da "Questão Social" se intensifiquem cada vez mais, principalmente pelo aumento da pobreza que vão gerar um grande processo de desigualdades sociais.

O princípio da liberdade estabelecido no projeto profissional da categoria passa a ser cada vez mais contraditório, já que os sujeitos ficam restritos de direitos, e a emancipação passa a ficar cada vez mais distante da realidade em que estes vivem. A seguir, tem-se uma charge que reflete acerca da privação de princípios da liberdade frente ao sistema capitalista.

Charge III



Fuente: Blog café com sociologia.com, 2012¹¹

Diante disso, percebe-se que a relação entre as dimensões Técnico-Methodológica e Técnico-Operativa passam a sofrer cada vez mais o conflito para que sua articulação se dê de forma concreta, pois, enquanto as ideologias ficam cada vez mais críticas devido ao processo de formação profissional, a prática retrocede cada vez mais devido à ausência de políticas sociais e públicas para fortalecer a sua atuação, além da redução dos postos de trabalho para os Assistentes Sociais que são ocasionados pela redução de espaços públicos em que os mesmos possam estar inseridos.

A competência técnica - metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se enfrenta, compreendendo com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p. 07).

Nesse contexto, torna-se necessário que a categoria se junte cada vez mais aos movimentos sociais na busca pela garantia, efetivação e ampliação de direitos, e não retroceda e materializar ao conservadorismo, tornando-se apenas um mero executor do Estado. O projeto Ético-Político da categoria está cada vez mais ameaçado pelo Estado, com isso, cabe aos

¹¹ Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/charge-capitalismo/>. Acesso em 14 de Novembro de 2018.

profissionais lutar para fortalece-lo, sendo propositivo e interventivo na atuação mesmo diante de tantas dificuldades e desafios encontrados na sua prática.

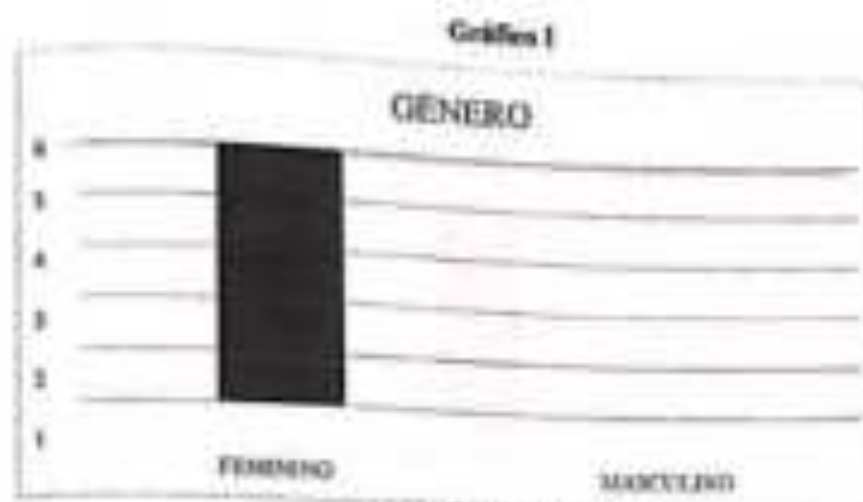
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: SERVIÇO SOCIAL X SISTEMA CAPITALISTA

A seguinte pesquisa foi realizada com objetivo de analisar os desafios para atuação do Assistente Social na contemporaneidade, tendo por base um estudo na política de Assistência social do Município de Juazeiro do Norte-CE. Para dar viabilidade a esta análise, foram realizadas cinco entrevistas estruturadas nos equipamentos, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Programa Bolsa Família (PBF), com Assistentes Sociais de cada um desses espaços.

As perguntas foram formuladas primeiramente com caracterização de perfil dos(as) entrevistados(as), sendo estas, para identificar gênero, renda, nível de escolaridade e tempo de formação. As demais apresentam indagações acerca dos desafios para a prática profissional na atualidade e acerca da viabilidade do Projeto Ético-Político Profissional. Vale ressaltar que o questionário contém um total de nove questões, sendo quatro objetivas e cinco subjetivas.

No decorrer da análise, os(as) profissionais entrevistados(as) foram referenciados como A1, A2, A3, A4 e A5, com objetivo de manter o sigilo e a integridade dos(as) que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Tendo em vista a análise da caracterização de perfil dos(as) entrevistados(as), a seguir, apresenta-se a demonstração das mesmas representadas em gráficos. O gráfico 01 aponta o resultado de gênero, o 02 representa a amostra da renda, o 03 identifica o nível de escolaridade e o 04 aponta o tempo de formação.



Fonte: Primária, 2018

Procede-se que dentre os(as) entrevistados(as), todas são do gênero feminino, tendo um percentual de 100%. Com isso, pode-se destacar que, apesar de profissão estar mais diversificada na atualidade, grande maioria do público com essa formação ainda são mulheres.

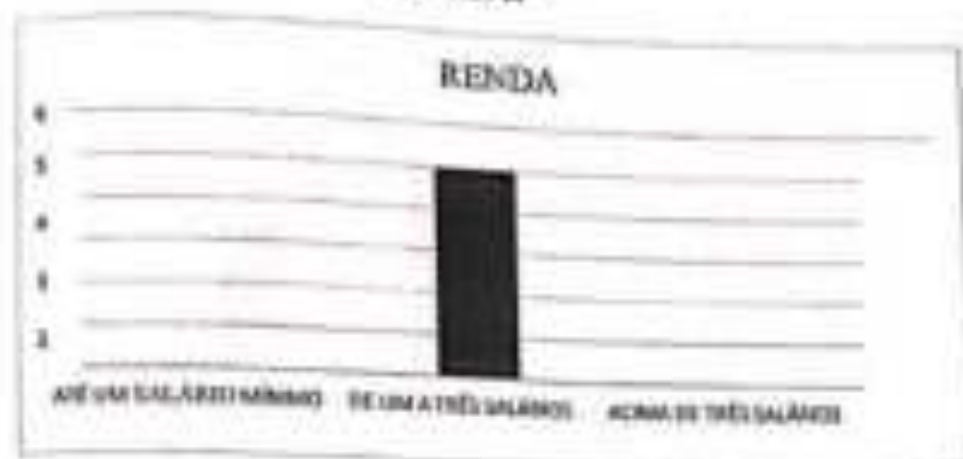
Levando em consideração o surgimento do Serviço Social, a profissão tinha um caráter predominantemente caritativo, onde as práticas eram realizadas apenas por mulheres. Destaca-se as instituições assistenciais que surgem na década de 1910 que eram a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) e a Liga das Senhoras Católicas (1923). As mulheres que participavam dessas associações faziam parte de famílias de alta burguesia (JAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

É evidente, portanto, que esse período marcando o começo da profissão era voltado apenas para o público feminino no sentido de praticar o assistencialismo. Vale lembrar ainda que segundo Jamamoto e Carvalho, (2006) o surgimento do Serviço Social teve forte influência da Igreja no intuito de pregar o catolicismo, com isso, as mulheres eram consideradas mais adequadas para realizar essas práticas.

Essa fator tem grande influência até os dias atuais. Por um grande período de sua trajetória, a formação em Serviço Social era quase que exclusiva apenas do público feminino. A reconceitualização mudou totalmente os conceitos e a formação passou a se diversificar também com homens.

Porém, a pesquisa mostrou bem que as raízes históricas ainda se fazem presentes em diversos aspectos e grande parte dos profissionais na área ainda são mulheres, tendo em vista que, dentre o público que foi entrevistado, 100% da amostra comprovou essa afirmação.

Gráfico II



Fonte: Priscila, 2018.

O gráfico 02 aponta que 100% dos profissionais tem uma renda que varia de um a três salários mínimos. Isso é um fator que pode ser considerado como desafio para profissões. Apesar das lutas para se estabelecer um piso salarial, ainda não foi aprovada uma lei que pudesse contemplar esse quesito. Com isso, persiste-se na instabilidade em discussão com a categoria, onde vários órgãos lançam concursos ou seleção para vagas de Assistente Social com um salário consideravelmente baixo.

Segundo o CFESS, (2015), em 2009 foi lançada um projeto de Lei estabelecendo um piso salarial com uma proposta de R\$ 3.720,00 (referente a maio de 2009), quando esse projeto foi apresentado correspondia a 8 SM (Valor do SM em 2009 = R\$ 465,00), se reajustado conforme previsto no projeto (atualizado pelo INPC na data da publicação da lei), hoje corresponde a mais ou menos R\$ 5.500,00. Porém, apesar dessa proposta, ainda não existe uma Lei que defina um salário base para a categoria.

Pode-se perceber que os valores salariais relativamente baixos ofertados nos concursos não relacionados a esta falta de maturidade referente a legislação que possa determinar um valor mínimo para os cargos ofertados à categoria. Isso também pode ser relacionado a lógica capitalista que restringe direitos à classe trabalhadora.

Destaca-se também que a maioria dos Assistentes Sociais estão inseridos nos espaços públicos e, devido a precarização de concursos ofertadas pelos municípios, grande parte trabalham como contratados, favorecendo mais ainda essa desvalorização, já que estes casos de contratos podem ser de forma terceirizada. Esse fator pode justificar os resultados apontados na referida tabela, já que os profissionais entrevistadas estão justamente nos espaços municipais.

Gráfico III



Fonte: Primária, 2018.

No nível de escolaridade, 60% dos profissionais são especialistas na área e 40% tem apenas a graduação. Esse é um fator que tem grande influência na pesquisa, pois, como foi visto anteriormente, foi a inserção de profissionais no âmbito acadêmico que proporcionou a construção do atual Projeto Ético-Político.

A busca dos profissionais pela especialização favorece o desenvolvimento de um pensamento mais crítico e sincronizado com as novas formas de atuação. Compreender a atual realidade não é tarefa fácil frente a ideologia alienadora do sistema capitalista, por isso, torna-se necessário que os profissionais estejam em constante atualização de seu conhecimento para sistematizar a dimensão teórico-operativa com a técnica metodológica, e consequentemente, atuar frente a dimensão ético-política.

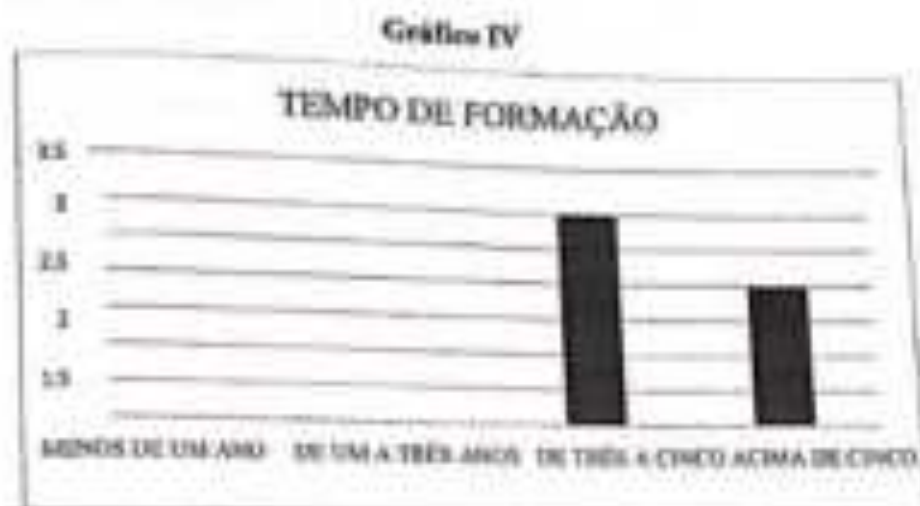
“A formação continuada instrumentaliza o assistente social na tarefa de sistematização da realidade social, sendo justamente tal sistematização o contributo para um agir mais seguro e mais propenso a emitir respostas mais adequadas aos dilemas impostos” (MARCONDES, BARBOSA, BRISOLA, 2012, pag. 237).

Outro fator observado foi que dentre todas as profissões, a enfermagem possui um mestrado ou doutorado, sendo em vista, ainda, que dentre as cinco, duas tem apenas a graduação. Isso pode ser relacionado às grandes dificuldades que as pessoas encontram para formação profissional. A maioria das bolsas de mestrado e doutorado são ofertadas apenas nos grandes capitais, sendo poucos os municípios que também oferecem esse tipo de estudo.

Dentre estas bolsas que são ofertadas, nem todas são bonificadas pelo governo com um auxílio financeiro que possa servir de apoio para os bolsistas, já que, grande maioria das pessoas precisam se deslocar de um local para outro, impossibilitando que estes tenham uma

média fixa durante o período de formação.

Esses fatores se mostram com grande detalhe para especialização de profissionais e cooperação o que foi constatado no gráfico, que aponta a falta de continuidade dos profissionais no âmbito acadêmico.



Fonte: Privaia, 2018

Com relação ao gráfico que aponta o tempo de formação profissional do público entrevistado, o percentual é de que 60% tem um tempo de formação estimado entre três e cinco anos, e 40% já é formado a mais de cinco anos. Este é a segunda análise de caracterização de perfil que mais influenciou na pesquisa, pois, o Serviço Social é uma profissão que trabalha diretamente com as expectativas da "Questão Social". Estas se atualizam periodicamente, com isso, é necessário estudar constantemente para saber atuar diante de cada situação que é evidenciada.

Exemplo disso foram as transformações políticas que vem ocorrendo nos últimos anos. Em 2016, a então presidenta Dilma Rousseff sofreu um impeachment em virtude de situações de desrespeito à lei de improbidade administrativa e à lei orçamentária. A partir disso, o seu vice Michel Temer assume a presidência e lança uma série de reajustes sociais que tem afetado drasticamente a população mais vulnerável. Exemplos claros dessas reformas são a PEC do Teto dos Gastos que congela durante 20 anos o investimento em políticas sociais, a reforma trabalhista que flexibiliza o trabalho e dentre outras reformas.

Esses aspectos atingem diretamente o trabalho do Assistente Social que é responsável por atuar e efetivar direitos diante de tantas disparidades. Esses fatores justificam bem a necessidade do profissional estar em constante atualização de sua formação para não

proceder ao espólio da realidade o conservadorismo e não saber lidar diante dessas transformações.

Obtidos os dados de identificação, nota-se que eles tem grande relevância e possuem grande influência diante das respostas que estão diretamente relacionadas aos objetivos do trabalho.

Seguindo para a segunda parte da análise referente as perguntas discursivas, trata-se o seguinte questionamento: percebe-se a dificuldade de atuar frente a perspectiva almejada. Dessa forma, quais os principais desafios encontrados para a atuação profissional no seu espaço de trabalho?

A A1 resulta da seguinte forma:

Os desafios para atuação do Assistente Social são inúmeros. A política de Assistência Social é uma das que mais recebe demandas, porém, a falta de recursos para atender essas demandas é muito grande. Além disso, um espaço como o CRASS exige muito uma articulação com outros espaços além terapêuticos, sendo que este é outro desafio, pois, em muitos casos nos deparamos com a falta de resposta desses. Com isso, a demanda acaba sendo inviabilizada.

A Assistente Social aponta bastante a falta de recursos para atender as demandas. Isso pode ser associado a falta de responsabilização do Estado com os cidadãos. Essa precarização nos equipamentos ocorre tanto pela falta de políticas sociais eficazes como também a falta de recursos materiais necessários para os atendimentos. É evidenciado nos espaços públicos a falta de papel para elaboração de um laudo ou parecer, falta agenda, caderno, mesas, cadeiras para atendimento, carro para realização de uma visita domiciliar, e dentre outros materiais.

Dentre desses argumentos, destaca a fala da A1 que analisa justamente esses aspectos. Ela fala que: "um dos maiores desafios é a demanda alta, exige mínima para atuar, as condições de trabalho no que se refere a estrutura física do local, já que este não disponibiliza recursos para os profissionais atuarem".

Outro fator que a A1 ressaltou foi a questão do trabalho intersetorial. Este argumento apresenta uma concordância com a fala da A2. A mesma afirma como desafio a seguinte questão: "Uma das maiores dificuldades para atuação é a questão do trabalho intersetorial, pois, quando é necessário fazer um encaminhamento para outras redes sócio-assistenciais, é bastante a falta de resposta desses espaços".

A articulação entre as políticas sociais e os equipamentos que cada uma dessas está inserida é fundamental para efetivação de cada demanda. A maioria das experiências da

“Questão Social” estão relacionadas diretamente a situação de pobreza dos indivíduos, dessa forma, cada demanda vem carregada de uma série de problemas. Aquela criança que sofre com a falta de moradia, também sofre com a saúde precária, a falta de uma educação de qualidade, a fome e outros problemas, dessa forma, é evidente a necessidade de um trabalho intersetorial para garantir a emancipação e o princípio da liberdade desse sujeito que está estabelecido no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A intersetorialidade necessita de diálogo, envolvimento, interação, conexão, participação, e uma ampla articulação em rede. Uma estratégia primordial é o uso por meio do diagnóstico na organização da rede por permitir que se descreva o contexto intrarrelacional dos possíveis envolvidos no processo para a implementação da intersetorialidade. Esta etapa constitui a primeira dimensão de uma possível articulação intrarrelacional. Ou seja, é um nível básico de funcionamento com 8 indicações das referências e outras referências que servem de base para um possível planejamento integrado e articulado. Esta nível de articulação permite o conhecimento dos envolvidos, a proximidade uns os outros sociais que pactuam do mesmo processo social para que possam contribuir na resolução da questão posta para intervenção (GARAJAU, 2013, p. 07)

Diante da importância do trabalho intersetorial e os grandes desafios encontrados para sua concretização, toda essa articulação mencionada acaba sendo necessária no cotidiano do trabalho. A realidade brasileira que estamos vivenciando requer um trabalho articulado diante do planejamento, execução e avaliação das políticas sociais para que o direito de cada cidadão seja efetivado.

Ainda referente a primeira pergunta discursiva, a A3 aponta que o desemprego existente nas famílias atendidas é muito grande. Isso faz com que as pessoas busquem o mercado informal de trabalho, com isso, muitos casos não se adequam ao perfil de concessão de algum direito. Então, a situação que os leva ao atendimento é um fator condicionado pela situação de vulnerabilidade em que estes vivem, ou seja, a situação de pobreza leva os indivíduos a terem situação de violação no âmbito familiar. Dessa forma, analisar cada particularidade que envolve uma situação de direito já violado que é o caso do CREAS, requer uma atenção muito detalhada para não violar ainda mais aquele direito.

Diante de tal argumento, entende-se que a entrevistada focaliza como desafio, a questão de realização de estudos sociais tendo em vista a complexidade dos fatores que podem ser condicionado aquela situação. O que pode ser posto como exemplo para justificar essa resposta é uma demanda em que trata que ser feito um estudo de caso para decidir a guarda de uma criança. Devido as condições de pobreza, a mãe pode chegar a perder a guarda do seu

filho. Vale destacar que a participação do Assistente Social nesse processo pode ser decisiva, por isso, sua atenção deve ser minuciosa.

Por fim a esta primeira pergunta, A5 diz que "a maior dificuldade é trabalhar frente a uma questão complexa, com programas sociais cada vez mais focalistas e seletivos, onde vemos a realidade e a verdadeira necessidade do indivíduo".

A partir dos argumentos postos pela A5, trata-se a indagação da segunda questão discursiva, já que ambas estão em total consonância: Entendem-se que as políticas sociais na contemporaneidade apresentam características seletivas, redistributivas, focalistas e não emancipatórias. É possível acreditar que as políticas sociais atuais são eficientes ao que se refere à viabilização de direitos? Comentem.

Mediante análise dos argumentos, percebeu-se uma concordância entre as falas das Assistentes Sociais, A1, A2, A3 e A4, já que todas afirmaram que não. A1 traz uma argumentação mais completa por contemplar a resposta das demais. Ela fez a seguinte afirmação:

As políticas sociais atuais estão longe de serem emancipatórias. Elas visam muito apenas o imediato. Percebe-se que estas não emancipam os sujeitos. Muitas vezes realizamos atendimentos com famílias e em poucos dias eles voltam para ser atendidos com a mesma demanda. Parece que uma política como o Bolsa Família é totalmente fragilizada, pois gera uma relação de dependência das pessoas sobre ela. Para que essa política pudesse emancipar os cidadãos, ela deveria ser acompanhada de outros que pudessem atuar capacitando ou inserindo os sujeitos no mercado de trabalho. Assim como esta, as outras políticas também necessitam de adaptações.

A2 ainda cita a questão da corrupção frente as políticas. Ela diz em seu argumento que existem muitos desvios de verbas destinadas ao atendimento da população, com isso, estas acabam ficando bastante fragilizadas.

A5, diferentemente das demais, acha que "as políticas são emancipatórias, principalmente na área da Assistência Social". Porém, torna-se necessário fazer uma crítica a esse argumento, já que os estudos realizados mostram o oposto dessa resposta.

Segundo MORANI; HORA, (2015), em meados das décadas de 1980 e 1990, uma reestruturação produtiva é lançada na sociedade objetivando uma nova forma de acumulação capitalista. A onda neoliberal é implementada para fortalecer o desenvolvimento econômico. Todavia, esse novo modelo atinge diretamente o âmbito das políticas sociais. Sua principal característica se dá pela intervenção mínima do Estado no âmbito social, e com isso, os

simonas de proteção vão sendo retiradas da sociedade civil. "Sua opção de intervenção social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza e à marginalização dos serviços sociais, favorecendo assim a capitalização do setor privado" (MORANI; HORA, 2015, pag. 353).

Tendo em vista que as políticas sociais são implementadas frente a lógica capitalista, estas sempre vão estar marcada por uma série de contradições. O Estado que deveria ser o responsável geral em atender todas as expressões da Questão Social acaba dividindo suas responsabilidades com outros setores que não tem condições de atender as demandas de forma completa. Com isso, fica evidente que estas estão longe de ser emancipatórias.

Apesar de a sua implementação ser considerada como um avanço para a sociedade é necessário que os Assistentes Sociais tenham uma análise crítica da realidade para entender suas contradições. É o desvelamento desses desafios que vai qualificar a atuação.

A terceira pergunta discursiva foi elaborada da seguinte forma: O Projeto Ético-Político do Serviço Social representa para a profissão um importante instrumento de guia para a atuação. Sua lógica visa a emancipação humana, bem como a liberdade como valor ético central. Tendo em vista esses aspectos, é possível realizar sua atuação com base nesse projeto?

Com unanimidade entre as cinco respostas, todas afirmaram que sim, justificando que o Projeto Ético-Político deve ser a base para atuação. É nele que está estabelecido tudo aquilo que defendemos. Um profissional que não atua tendo em vista esse projeto está violando todos os princípios da categoria. As ações que devem ser desenvolvidas, tem que ser pautadas no código de ética e na lei de regulamentação da profissão. Dessa forma, é possível uma atuação voltada para emancipação humana. Apesar dos grandes desafios, devemos realizar a socialização de informações para que cada um dos desenvolva sua consciência no que se refere aos aspectos que os levaram a estar naquela situação de vulnerabilidade, além de buscar todos os meios para garantir os seus direitos.

Os projetos profissionais apresentam a auto-leitura de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formalizam os requisitos (técnicos, políticos e institucionais) para o seu exercício, preservam normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases dos seus relações com os usuários de seus serviços, com as demais profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (militares e Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2009, p.04).

É inviável pensar na atuação profissional distante da ideologia do Projeto Ético-Político Profissional. A articulação entre as três dimensões torna-se necessária para firmar a prática, com isso, agir distante de uma projeto é se restringir apenas ao técnico-operativismo e a mera execução nos equipamentos, respondendo os reais objetivos estatais.

Em continuidade à análise, a quarta pergunta indaga: Como é possível que os profissionais da área de Serviço Social devam atuar, tendo por base o materialismo histórico dialético e de forma crítica frente aos desafios encontrados no cotidiano da categoria?

As Assistentes Sociais responderam que é necessário atuar de forma ética, interventiva e crítica. Os desafios encontrados são enormes, pois, as demandas estão crescendo cada vez mais e os meios de atuação estão diminuindo. Caso o profissional não tenha um comprometimento com seu trabalho, ele será incapaz de viabilizar direitos. Relacionar a teoria com a prática é cada vez mais desafiante, então é necessário ir além das amarras institucionais para chegar a um determinado objetivo.

Aí ainda destaca-se o seguinte:

Existe uma correlação de forças entre os profissionais e o Estado. Este segundo exige dos Assistentes Sociais que eles enxerguem as políticas sem que haja um questionamento. Vale ressaltar que a política de Assistência Social muitas vezes acaba sendo dependente de outras políticas. Com isso, cabe aos profissionais buscar uma articulação intersectorial ou intersetorial ou demandarem a realização desta articulação no âmbito de que eles atuam no espaço mais adequado para viabilizar um direito.

IAMAMOTO, (2007) destaca que pensar o Serviço Social na atualidade requer uma atuação especial capaz de decifrá-la e desenvolver um olhar pautado na qualidade dos serviços realizados. Torna-se essencial um comprometimento ético-político com os interesses da sociedade civil. Responder a essas novas exigências significa romper com a atitude burocrática e rotineira das instituições.

Em primeiro lugar, para garantir uma atuação do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, fechada, uma visão "de dentro" do Serviço Social, prisioneira em seus eixos internos. Alargar horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade, não para perder os detalhes as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com uma visão crítica. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade do qual ele é parte e expressão (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Nos tempos atuais em que nos deparamos com uma universidade para atuação do Assistente Social, é necessário buscar diversas estratégias para conseguir uma prática emancipatória. A resistência deve ser a principal bandeira de luta e a criticidade deve ser o meio utilizado para chegar a determinado fim.

Torna-se necessário, também, que a categoria busque participar de congressos, jornadas, simpósios ou outros encontros que propiciem debates acerca da prática profissional, dos desafios que estão fortemente atrelados a contemporaneidade e possam discutir em conjunto, estratégias possíveis de emancipação do profissional.

Por fim a análise, a última pergunta questiona: Qual sua contribuição para o estado/pesquisa e a produção de conhecimento na área de Serviço Social? A1 afirmou da seguinte forma: "Ultimamente, a minha única contribuição para produção de conhecimento é através de acompanhamento de estagiários. Considero isso como muito importante, pois é o momento em que estes vão podendo estar conciliando a teoria e a prática no seu processo de formação".

A2 e A3 também destacaram como contribuição para pesquisa o acompanhamento de estágio supervisionado. A4 ressaltou: "realização de entrevistas e preenchimento de questionários destinados a estudantes da área de Serviço Social". Já a A5 disse que não tem produzido nada para o estado/pesquisa devido a grande demanda no seu espaço de trabalho.

A contribuição de profissionais com a supervisão de estágio é um fator de extrema importância para formação daqueles que ainda estão inseridos no âmbito acadêmico. Vale destacar que o estágio supervisionado, de acordo com a Lei 11.788/08 no § 1º, ainda que o estágio faz parte do projeto pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, onde o mesmo é uma carga horária obrigatória para a graduação, com vistas à aproximação entre formação e exercício profissional (BRASIL, 2008).

Portém, apesar dessa contribuição, é necessário que cada Assistente Social busque outra modo que possa fortalecer o seu próprio intelecto, pois, a prática do estágio supervisionado está mais voltada para o conhecimento do estagiário, sendo que o profissional também deve estar em constante atualização de sua formação.

(...) por muitas vezes co(n)s Assistente Sociais se se desvincular da vida acadêmica, perdendo o interesse pela pesquisa. Muitos citam o discurso da ausência de recursos, da falta de tempo para realizar a investigação, da falta de reconhecimento e do excesso de atribuições. Destarte, co(n)s Assistentes Sociais mantem no equivoco de pensar a pesquisa, como algo que só pode ser realizado na vida acadêmica (graduação ou pós-graduação), porém isto consiste em uma grande falha, já que, a pesquisa, sendo um objeto de

mediação entre o pesquisador e o objeto de estudo, faz com que o Serviço Social tenha uma grande vantagem, pois este pode utilizar-se do seu objeto de intervenção para produzir conhecimento, uma vez que a atividade desenvolvida na pesquisa pelo pesquisador tem suas bases salidas na realidade histórica do indivíduo (M,VA, 2018, p. 86).

A pesquisa é imprescindível ao Serviço Social, pois, é a partir dela que poderemos identificar a complexa realidade que vivenciamos. A atuação do Assistente Social deve ser pautada em um conhecimento crítico, além de ser criativo para conseguir viabilizar uma demanda em um contexto totalmente adverso aos seus princípios e objetivos.

Conhecer a realidade dos sujeitos para intervir exige um amplo conhecimento, sem deixar o seu processo histórico, com isso, seguir a prática da pesquisa é evitar o risco de materializar o conservadorismo. Estar em constante atualização dos fatores sociais através da pesquisa é essencial, e como tal, cada profissional deve praticar para garantir seu comprometimento com cada usuário que demanda de sua intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tudo o exposto, fica claro o grande desafio vivenciado pelo Serviço Social ao que se refere a efetivação do Projeto Ético-Político Profissional. Esta profissão tem sua raiz marcada por um intenso conservadorismo que visa a lógica do desenvolvimento capitalista, sendo que esta ideologia se faz presente na categoria até os dias atuais.

O processo de lutas realizado por parte da categoria entre as décadas de 1960 e 1980 fez com que o Serviço Social se reconstruísse e mudasse todas bases teóricas sem negar o seu processo histórico. Com isso, essa passa a ter uma visão crítica e comprometida com as demandas que se colocam à profissão.

O fazer profissional passa a ser guiado pela articulação das bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como o reconhecimento e comprometimento dos princípios do código de ética e do projeto ético-político da profissão como norteadores de sua prática, além de uma visão de totalidade da realidade e dos fatos sociais para que não reincidam o equívoco de materializar o conservadorismo na profissão, e ser capaz de responder as demandas da sociedade de forma concreta.

Resulta-se, porém, que apesar dessas conquistas, sua atuação passa a ser advém ao desenvolvimento do capital, dessa forma, conseguir viabilizar as raízes emancipatórias instauradas no Projeto Ético-Político passa a ser tarefa cada vez mais desafiadora.

A pesquisa mostra que as políticas sociais são a base para garantia, ampliação e efetivação de direitos, porém, para essa viabilização, torna-se necessário que as mesmas tenham objetivo de emancipação dos sujeitos. Porém, com advento neoliberal que é instaurado logo após a conquista da universalidade do Serviço Social, ocorre uma ampla repressão na órbita dos direitos sociais que retrocedem a prática caritativa, sendo em vista que passam a atender apenas o imediatismo de cada demandante.

O que se pode observar por meio das indagações realizadas, foi que a ideologia neoliberal se faz presente nos tempos atuais. As expressões da "Questão Social" estão se tornando cada vez mais intensas e os níveis concretos de atuação estão cada vez mais escassos. O Estado é falho diante da responsabilização das necessidades sociais e essas passam a ser atendidas de forma precarizada e seletiva, pela própria transferência de responsabilidade junto ao 3º setor/sociedade civil.

Vale destacar, fatos que demonstram a existência quebras de políticas sociais segundo o mesmo linha da seletividade, e que fica inviável de emancipar os sujeitos que delas necessitam.

Para atuar diante de tantas dificuldades, torna-se essencial que o Assistente Social seja criativo e interventivo, além de recorrer a prática da pesquisa para conseguir decifrar essa realidade cada vez mais complexa. O estado crítico é o caminho mais apropriado para superar desafios e emancipar a prática profissional.

Consideramos ainda a importância do presente trabalho para a pesquisa. As produções de conhecimento são a base para os pesquisadores, com isso, esse poderá servir de apoio para estudos acadêmicos e científicos, além de proporcionar para aqueles que realizarem sua leitura, um conhecimento sobre os aspectos que envolvem a temática desenvolvida e, consequentemente, servir de apoio para uma nova produção.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.
- ANDERSON, Perry. **PÓS-NEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO.** 6ª ed. Editora Paz e Terra, 2003. São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **OS SENTIDOS DO TRABALHO.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **FILOSOFANDO: Introdução à filosofia.** 2.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- BEHRING, E. R. **PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS DA POLÍTICA SOCIAL E DA CIDADANIA.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Política Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada e Distância, módulo 3, p.19-40, 2000.
- BISPO, Priscila. **QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA.** Disponível em: http://www.cicinp.ufma.br/jornadas/cicinppl/VOL/D/eixos_OLD/2.%20Transforma%C3%A7%C3%A5es%20do%20mundo%20do%20Trabalho-QUEST%C3%A3O%20SOCIAL,%20POLÍTICA%20SOCIAIS%20E%20SERVI%C3%A7O%20SOCIAL%20NO%20CAPITALISMO.pdf. Acesso em 11 de Outubro de 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, DF: Senado Federal: 2015. 119 p.
- BRASIL. **CÓDIGO DE ÉTICA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL.** Lei 8.662/95 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- CERQUEIRA, Jackson B. A. de. **UMA VISÃO DO NEOLIBERALISMO: SURGIMENTO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS.** Disponível em: http://www2.usf.br/sitiointbas/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2018.
- CHIAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. **ENSINO A DISTÂNCIA E SERVIÇO SOCIAL: DESQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AMEAÇAS CONTEMPORÂNEAS.** Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/bas/articulo/viewFile/21074/34641>. Acesso em 22 de Maio de 2017.

Conselho Federal de Serviço Social. **LEGISLAÇÃO E RESOLUÇÕES SOBRE O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL**. Brasília: CFE/SS, 2011. 188 p.

FILHO, Mário José. **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. VII_VIII, n. 7_8, Dez. 2009.

FILHO, Mário José. **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. VII_VIII, n. 7_8, Dez. 2009.

FONSECA, João José Sarriya da. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FORTL, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GARAJAU, Nejeria Incalado. **REFLEXÕES SOBRE A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIAS DE GESTÃO SOCIAL**. Disponível em:

<http://www.crea-mg.org.br/arquivos/simposio/REFLEX%C3%A9S%20SOBRE%20A%20INTERSETORIALIDADE%20COMO%20ESTRAT%3%89GIA%20DE%20GEST%C3%80C%C3%80S%20SOCIAL.pdf>. Acesso em 17 de Novembro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRANEMANN, Sara. **NECESSIDADES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**. Revista Inscrita, Ano VI, nº IX, p.29-32, 2004.

HAIN, Ricardo. **O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS HISTÓRICOS**. Disponível em: <http://trc.br.ufsc.br/Ssocial/003540.pdf>. Acesso em 21 de Novembro de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: trabalho e formação profissional**. 13ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: Capital Financeiro, trabalho e questão social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JOSÉ, Mário Filho. **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sbu/articulo/view/8634930>. Acesso em 05 de Junho de 2017.

LARA, Ricardo. **A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: o mundo do trabalho em debate**. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106112/lara_r_de_bra.pdf?sequencia=1. Acesso em 29 de Maio de 2017.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O TERCEIRO SETOR E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIPs.** Disponível em:

https://www.abreg.gov.br/export/sites/default/educacao/obree_cursos/curso_cambalimento/arquivos/pdf/terceiro_setor.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

MARCONDES, Nilzen Aparecida; BARBOSA, Vieira Juliana Alves; BRISOLA, Eliza Maria Andrade. **FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO: INTROITO RETROSPECTIVO DO SERVIÇO SOCIAL.** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/revista/articulo/view/13030>. Acesso em 22 de Novembro de 2018.

MÉSZÁROS, István. **A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.** 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **PESQUISA SOCIAL: TEORIA MÉTODO E CRIATIVIDADE.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Reginaldo C. **NEOLIBERALISMO - DE ONDE VEM, PARA ONDE VAI** Disponível em: https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf. Acesso em 06 de setembro de 2018.

MORANI, Carla do Nascimento Santos; HORA, Sônia Santos da. **O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: DISCUTINDO AS TENSÕES ENTRE PROJETO PROFISSIONAL E TRABALHO ASSALARIADO.** Disponível em: http://socialenquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_17_Morani_Hora.pdf. Acesso em 18 de Novembro de 2018.

MOTA, Antonio Gustavo da. **A EVOLUÇÃO DA TÉCNICA E DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.** 4ª ed. São Paulo: Editora Almedina, 1996.

NETTO, José Paulo. **O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.** Disponível em: http://repositorio.ufrn.br/bitstream/11067/1734/1/IS_42-45_13.pdf. Acesso em 12 de Outubro de 2018.

NETTO, J. P. **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFLISS, 1999.

NETTO, José Paulo. **CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **BITADURA E SERVIÇO SOCIAL.** 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.** Disponível em: http://www.azedo.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto.pdf. Acesso em 15 de Novembro de 2018.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro; SITCOVSKY, Marcelo. **LIMITES E DESAFIOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO PARAIBANO.** Disponível em: http://www.uel.br/pos/monitoreservicosocial/congresso/temas/Trabalhos/ixo4/ma/31_limites_e_desafios_...pdf. Acesso em 19 de Outubro de 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **As duas fases da história e as fases do capitalismo.** Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1081/TD%20278%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

PEREIRA, P.A.P. **A METAMORFOSE DA QUESTÃO SOCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.** São Paulo: Cortez, 2000.

PIANA, Maria Cristina. **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: natureza e desenvolvimento.** Disponível em: [file:///D:/DADOS/Downloads/piana-9788579830389-02\(1\).pdf](file:///D:/DADOS/Downloads/piana-9788579830389-02(1).pdf). Acesso em 06 de Outubro de 2018.

PIANA, Maria Cristina. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: demandas e respostas.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vweflg/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em 24 de Maio de 2017.

PIANA, Maria Cristina. **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: natureza e desenvolvimento.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RIBEIRO, Daniella Borges. **A CRISE DO CAPITAL E SEUS REATAMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS.** Disponível em: <http://revistasletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fas/articulo/viewFile/21236/13898>. Acesso em 17 de Maio de 2017.

RIBEIRO, Americo. **EXPANSÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/27089727/Expansao-Do-Servico-Social-e-a-Ideologia-Desenvolvimentista>. Acesso em 21 de Novembro de 2018.

RICHARDSON, R.J. **PESQUISA SOCIAL: métodos e técnicas.** 3 Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

SALIS, Mírcia Apolinário; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. **POLÍTICA SOCIAL, FAMÍLIA E JUVENTUDE: Uma Questão de Direitos.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Souza. **NEOCONSERVADORISMO PÓS-MODERNO E SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Carolina Nascimento. **A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PESQUISA.** Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/Upload/Files/26/208703fc-cf9d-415c-9395-b729249ac54d.pdf>. Acesso em 20 de Novembro de 2018.

SILVA, Jackeline Araújo. **O CÓDIGO DE ÉTICA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE MUDANÇAS.** Disponível em:

http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20currato.pdf?sequence=1, Acesso em 12 de Outubro de 2018.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: Das origens à renovação ou o "fim" do "início".** Disponível em: <http://cceso-mg.org.br/sites/default/files/ocod5a070-afab-4ba1-8a4a-E1b016479890.pdf>. Acesso em 03 de Outubro de 2018.

SEVES, Natalia Cabral. **CAPITALISMO MONOPOLISTA NO BRASIL: a implantação do novo padrão de acumulação do capital e a redefinição da hegemonia política no topo do bloco no poder.** Disponível em: http://www.sci.br/grupo-pesquisa/gppal/v2_natalia_GTV.pdf. Acesso em 03 de Outubro de 2018.

SPOSATI, Aldalza. **PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40022007000300002&script=sci_abstract&lang=pt. Acesso em 05 de Junho de 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **FORMULAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** Disponível em: <http://cceso-mg.org.br/files/arquivos/5a395c01f09aef5a632w.pdf>. Acesso em 02 de Novembro de 2018.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* -- Brasília: CFESS/ABESPSS, 2009. 760 p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V. 1)

TINTI, Élieli Cristina. **CAPITALISMO, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.** Disponível em: <http://books.scielo.org/i/d/qzybl/pdf/text-9788579836554-03.pdf>. Acesso em 22 de Novembro de 2018.

VIANA, Débora Begati, DIA, Rafaela Menezes. **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: Quais os fluxos para a sua consolidação? Uma análise da efetivação do projeto ético-político do serviço social.** Disponível em: http://www.ceso-mg.org.br/arquivos/imagens/PROJETO%20%20%20ÉTICO%20POL%20%20%20ÉTICO_%20QUAIS%20OS%20FLUXOS%20PARA%20A%20SUA%20CONSOLIDAÇÃO%20%20%20%20%20%20UMA%20ANÁLISE%20EFETIVA%20%20%20%20%20DO%20PROJETO%20%20%20ÉTICO-POL%20%20%20ÉTICO%20DO%20SERV%20%20%20SOCIAL.pdf. Acesso em 13 de Outubro de 2018.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudeteza Fonseca. **O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SEU REFLEXO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE.** Disponível em: http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em 21 de Novembro de 2018.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **POLÍTICAS SOCIAIS, "TERCEIRO SETOR" E "COMPROMISSO SOCIAL": PERSPECTIVAS E LIMITES DO TRABALHO DO PSICÓLOGO.** Disponível em: <http://www.scielo.br/poli/%0Dipso/v19n1/a05v19n1.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

YAZBEK, Maria C. **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO - METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL,** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YUKITA, Everton; ROSISCA, Anasilza Barbosa. **A EMERGÊNCIA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL: seu desenvolvimento a partir das condições sócio históricas.** Disponível em: http://www.unf.br/pse/mestradoservicosocial/congresso/analise/Trabalhos/1404/anal3_a_emergencia_dopde. Acesso em 15 de Novembro de 2018.

APÉNDICE (5)

**APÊNDICE A1: CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
ENTREVISTA**

81. Gênero:

Feminino Masculino

82. Renda:

Até um Salário Mínimo De Um a Três Salários Mínimos.

Acima de Três Salários Mínimos.

83. Nível de Escolaridade:

Nível Superior Completo Especialista Mestre Doutor

84. Tempo de Formação Profissional:

Menos de Um Ano De Um a Três anos De Três a Cinco Anos

Acima de Cinco Anos

85. Percebe-se a dificuldade de atuar frente a perspectiva capitalista alienadora. Dessa forma, quais os principais desafios encontrados para atuação profissional no seu espaço de trabalho?

86. Entendemos que as políticas sociais na contemporaneidade apresentam características seletivas, redistributivas, localistas e não emancipatórias. É possível acreditar que as políticas sociais atuais são eficientes no que se refere à viabilização de direitos? Comente.

87. O Projeto Ético-Político do Serviço Social representa para a profissão um importante instrumento de guia para a atuação. Sua lógica visa a emancipação humana, bem como a liberdade como valor ético central. Tendo em vista esses aspectos, é possível realizar sua atuação com base nesse projeto?

88. Como é possível que os profissionais da área de Serviço Social devam atuar, tendo por base o materialismo histórico dialético e de forma crítica frente aos desafios encontrados no cotidiano da categoria?

89. Qual sua contribuição para o estudo/pesquisa e a produção de conhecimento na área de Serviço Social?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitulada SISTEMA CAPITALISTA X SERVIÇO SOCIAL: A contradição ideológica frente à efetivação do Projeto Ético-Político Profissional mediante uma análise na política de Assistência Social no Município de Juazeiro do Norte/CE, está sendo desenvolvida pelo(a) aluno(a) ANTONIO FABIO ALVES FEITOSA, sob orientação do(a) professor(a) Ilap. Lúcia Vieira de Caldas do Centro Universitário Dr. Lauro Sampaio - UNILEÃO.

Foizni certo objetivo ANALISAR DE FORMA CRÍTICA ACERCA DAS CONTRADIÇÕES EXISTENTES ENTRE A IDEOLOGIA CAPITALISTA E A PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA BUSCA DE EFETIVAR OS PRINCÍPIOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO, com fins de produção monográfica que se estabelece como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) aluno(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar do estudo na condição supostada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhuma dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respeitadas com total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser ainda apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através de uma entrevista estruturada, mantendo a integridade física e moral dos participantes.

O aluno estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considerar necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como o professor orientador.

Diante do exposto, eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte - CE, _____ de Novembro de 2018.